

**FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS**



**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO NOS ANOS FINAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE PLANALTO: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES DE UMA IMPORTANTE FERRAMENTA PARA O EXERCÍCIO
DA CIDADANIA.**

Arleide da Conceição Amaral Rocha

**Asunción - Paraguay
2016**

**FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS**



Linha de Pesquisa: Currículo, Ensino e Aprendizagem (CEA)

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO NOS ANOS FINAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE PLANALTO: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES DE UMA IMPORTANTE FERRAMENTA PARA O EXERCÍCIO
DA CIDADANIA.**

Arleide da Conceição Amaral Rocha

Dissertação apresentada ao Programa de Postgrado da Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - FICS, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Carlino Ivan Morinigo

**Asunción - PY
Dezembro de 2016**

MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN
A COMISSÃO ABAIXO ASSINADA APROVA A DISSERTAÇÃO:

ARLEIDE DA CONCEIÇÃO AMARAL ROCHA

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO NOS ANOS FINAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE PLANALTO: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES DE UMA IMPORTANTE FERRAMENTA PARA O EXERCÍCIO
DA CIDADANIA.**

COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Prof. Dr. Carlino Iván Morinigo

ORIENTADOR

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Morel

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES

Prof. Dra. Susana Barbosa Galvão

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES

Prof. Dr. Ismael Fenner – Secretario General

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES

Asunción – Paraguay
2016

Aos meus filhos e netos, com amor

AGRADECIMENTOS

À minha família, especialmente aos meus pais e à minha irmã Rejane pelo apoio incondicional.

Ao meu esposo, meus filhos e netos, que mesmo sacrificados pela minha ausência sempre se fizeram presentes em minha vida.

Aos professores de Geografia e alunos das escolas de ensino fundamental II do município de Planalto que tão gentilmente colaboraram para o desenvolvimento da minha pesquisa.

Aos amigos, colegas de trabalho e colegas de curso que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Por fim, o mais importante, ao meu Deus, sempre fiel e bondoso.

Por tudo e por todos, **Obrigada Senhor!**

“O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade, se não é auxiliado a tomar consciência da realidade e de sua própria capacidade para transformá-la pois ninguém luta contra as forças que não compreende. A realidade não pode ser modificada, senão quando o homem descobre que é modificável e que ele pode fazê-lo. É preciso, portanto, fazer dessa conscientização o primeiro objetivo de toda educação: antes de tudo provocar uma atitude crítica, de reflexão, que comprometa a ação.”

(Freire)

RESUMO

Os conhecimentos geográficos são significativos e importantes para a vida em sociedade, através de uma análise sobre a produção do conhecimento geográfico no ensino fundamental, é possível compreender o papel desta ciência na construção da cidadania. A geografia, enquanto disciplina, oferece instrumentos para compreensão e intervenção na realidade social. Por meio dela é possível compreender como diferentes sociedades interagem com a natureza na construção de seu espaço. Nesse sentido, o ensino de geografia é essencial para que o indivíduo compreenda e se perceba como um agente transformador do mundo em que vive. Ao assumir o espaço geográfico como produção histórica da sociedade, é inevitável que se estabeleça o vínculo entre a geografia e a cidadania. Num mundo em que as pessoas são reduzidas à condição de consumidores, torna-se necessário discutir o papel das diversas ciências, em especial a geografia, na formação do cidadão. É de fundamental importância que os produtores do espaço se percebam como parte integrante do mesmo. Assim, um mínimo de conhecimento sobre a ciência geográfica, os seus fundamentos e sua evolução conceitual remete de imediato à sua condição de saber estratégico e político. A construção dos conhecimentos geográficos na escola não visa à formação de pequenos geógrafos. A promoção e defesa de uma educação geográfica que sirva e oriente as práticas da sociedade civil resultaria de uma transposição didática, consciente e refletida na escola. Significa apresentar à sociedade a contribuição dos saberes geográficos para bem ler e estar no mundo na condição de sujeito, a perspectiva desses conhecimentos e a interpretação das ações humanas enquanto produtor de suas condições de reprodução. Saberes tão relevantes quanto o saber ler e contar para o exercício da cidadania é localizar, localizando-se não apenas como indivíduo, mas como agente social.

Palavras chave: Ensino. Geografia. Sociedade. Cidadania.

RESUMEN

Los conocimientos técnicos son significativos y importantes para la vida en sociedad, a través de una evaluación sobre una producción de conocimiento geográfico no fundamental, es posible que el papel de la ciencia en la construcción de la ciudadanía. A geografía, disciplina, ofrece instrumentos para la comprensión y la intervención en la realidad social. Por medio de la definición de las sociedades intermedias con una naturaleza en la construcción de su espacio. Nesse sentido, o enseñanza de la geografía es esencial para que el individuo entienda y se percibe como un agente transformador del mundo en que vive. Aspectos socioeconómicos de la sociedad, es inevitable que se establezca o vínculo entre una geografía y una ciudadanía. Num mundo en que las personas están reducidas a la condición de los consumidores, se vuelven a estudiar el papel de las diversas ciencias, en especial la geografía, en la formación del ciudadano. Es de fundamental importancia que los productores del espacio se perciben como parte integrante del mismo. Assim, un mínimo de conocimiento sobre una ciencia geográfica, sus fundamentos y su evolución conceptual de inmediato a su condición de sabio estratégico y político. A construcción de los conocimientos geográficos en la escuela no visado para la formación de pequeños geógrafos. Una promoción y defensa de una educación geográfica que sirva y oriente como prácticas de la sociedad civil resultado de una transposición didáctica, consciente y reflejada en la escuela. Significa a la sociedad una contribución de los sabios geográficos para el bienestar y la ausencia de un mundo en la condición de sujeta, una perspectiva de los conocimientos y una interpretación de las acciones humanas en el momento de producir sus condiciones de reproducción. Saberes relevantes para el conocimiento y el cálculo para el ejercicio de la ciudadanía, localizando-se no sólo como individuo, mas como agente social.

Palabras clave: Enseñanza. Geografía. Sociedade. Ciudadania.

ABSTRACT

Geographical knowledge is significant and important for life in society, through an analysis of the production of geographic knowledge in elementary education, it is possible to understand the role of this science in the construction of citizenship. Geography, as a discipline, offers tools for understanding and intervening in social reality. Through it is possible to understand how different societies interact with nature in the construction of their space. In this sense, the teaching of geography is essential for the individual to understand and perceive himself as a transforming agent of the world in which he lives. In assuming geographic space as a historical production of society, it is inevitable that the link between geography and citizenship be established. In a world in which people are reduced to the condition of consumers, it becomes necessary to discuss the role of the various sciences, especially geography, in the formation of the citizen. It is of fundamental importance that the producers of space perceive themselves as an integral part of it. Thus, a minimum of knowledge about geographic science, its foundations and its conceptual evolution immediately refers to its condition of strategic and political knowledge. The construction of geographic knowledge in the school does not aim at the formation of small geographers. The promotion and defense of a geographic education that serves and guides the practices of civil society would result from a didactic transposition, conscious and reflected in the school. It means to present to society the contribution of geographic knowledge to read and to be in the world as subject, the perspective of this knowledge and the interpretation of human actions as a producer of their reproduction conditions. Knowing as relevant as knowing how to read and count for the exercise of citizenship is to locate, locating not only as an individual, but as a social agent.

Keywords: Teaching. Geography. Society. Citizenship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa: Bahia com destaque para a região Sudoeste	31
Figura 02 – Foto: Escola Municipal Senador Antonio Carlos Magalhães	33
Figura 03 – Foto: Escola Municipal Machado de Assis	33
Figura 04 – Gráfico: Idade dos alunos	36
Figura 05 – Gráfico: palavras que lembram geografia	39
Figura 06 – Gráfico: Recursos mais utilizados nas aulas de geografia	39
Figura 07 – Gráfico: Como os alunos aprendem geografia	40
Figura 08 – Gráfico: O que os alunos dizem sobre a geografia	41
Figura 09 – Foto: Alunos da Escola Municipal S. Antonio Carlos Magalhães	42
Figura 10 – Foto: Alunos da Escola Municipal Machado de Assis	43
Figura 11 – Gráfico: Frequência das discussões sobre os problemas do município nas aulas de geografia	44
Figura 12 – Gráfico: Questões sociais abordadas nas aulas de geografia	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Quantidade, tipo e localização das escolas no município de Planalto_____	33
Tabela 02: Influências que os alunos sofreram em relação à matéria geografia _____	42
Tabela 03: Abordagem das questões locais nas aulas de geografia _____	45
Tabela 04: A utilidade da geografia _____	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 Evolução do ensino de geografia: um breve histórico	14
2.1.1 A definição do objeto da geografia	14
2.1.2 A Geografia Tradicional e sistematização do conhecimento geográfico	17
2.1.3 O ensino de geografia no Brasil: tendências e reflexões	19
2.2 A educação geográfica e a construção da cidadania	23
2.2.1 A construção histórica da cidadania	23
2.2.2 A geografia escolar e a construção da cidadania	27
3 METODOLOGIA	30
4 ANÁLISE DE RESULTADOS	31
4.1 Uma análise da contribuição da geografia escolar para o exercício da cidadania nos anos finais do ensino fundamental no município de Planalto	31
4.1.1 Aspectos geográficos do município de Planalto	31
4.1.2 O contexto educacional nas séries finais do ensino fundamental em Planalto	32
4.1.3 Sobre o ensino de geografia no município de Planalto	36
4.1.4 A precária contribuição da geografia escolar para o exercício da cidadania: uma triste realidade no município de Planalto	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
ANEXO 1	52
ANEXO 2	57

1. INTRODUÇÃO

Os conhecimentos geográficos são significativos e importantes para a vida em sociedade, em particular para o desempenho das funções de cidadania: cada cidadão, ao conhecer as características sociais, culturais e naturais do lugar onde vive, bem como a de outros lugares, pode comparar, explicar, compreender e espacializar as múltiplas relações que diferentes sociedades em épocas variadas estabeleceram e estabelecem com a natureza na construção do espaço geográfico. Assim, através de uma análise sobre a produção do conhecimento geográfico no ensino fundamental, é possível compreender o papel desta ciência na construção da cidadania.

A geografia, enquanto disciplina, oferece instrumentos para compreensão e intervenção na realidade social. Por meio dela é possível compreender como diferentes sociedades interagem com a natureza na construção de seu espaço, as singularidades do lugar onde se vive, o que o diferencia e o aproxima de outros lugares e, assim adquirir uma maior consciência dos vínculos afetivos e de identidade que se estabelece com ele. Nesse sentido, o ensino de geografia é essencial para que o indivíduo compreenda e se perceba como um agente transformador do mundo em que vive, ou seja, do espaço geográfico.

Assim sucessivos estudos sobre o ensino de geografia têm se desenvolvido no meio acadêmico. Abordagens sobre os vários aspectos da prática educativa ligada à geografia têm alimentado o debate em torno da geografia escolar e orientado a elaboração de propostas para o ensino de geografia no nível fundamental. Em meio a isso, a prática e a teoria da educação geográfica têm experimentado alterações e enfrentado dilemas e polêmicas para conseguir continuar cumprindo tarefas sociais relevantes, pois as discussões teóricas e as propostas para o ensino de geografia têm sido pouco aproveitadas nas práticas pedagógicas desse ensino.

É neste contexto que esta pesquisa pretende analisar o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem de geografia nas séries finais do ensino fundamental no município de Planalto, tendo como foco os alunos do 9º ano. Pois, se o objetivo principal do ensino de Geografia é o espaço geográfico, entendido como um produto histórico, como um conjunto de objetos e de ações que revela as práticas sociais dos diferentes grupos que vivem em um determinado lugar, interagem, sonham, produzem, lutam e o (re) constroem, a geografia escolar, para dar conta desse objeto de estudo deve proporcionar situações de aprendizagem que valorizem as referências dos alunos quanto ao espaço vivido. Estas referências emergem das suas

experiências e textualizações cotidianas, bem como da atuação do professor como um elemento mediador neste processo.

Para tanto, propõe-se investigar se o ensino de geografia tem contribuído para a construção da cidadania. Se a geografia escolar que vem sendo praticada no município de Planalto oferece instrumentos para compreensão e intervenção na realidade social. Se por meio desta geografia é possível compreender como diferentes sociedades interagem com a natureza na construção de seu espaço, as singularidades do lugar onde se vive, o que o diferencia e o aproxima de outros lugares e, assim posicionar-se de forma consciente na construção do espaço geográfico.

Nesse sentido, esse trabalho pode contribuir para melhorar o ensino de geografia no município de Planalto, bem como acrescentar aos estudos da geografia escolar já existentes uma visão específica de ensino de geografia, concorrendo para a sua ampliação. Espera-se, portanto que este trabalho de pesquisa represente uma contribuição para novas discussões e reflexões sobre o estudo de geografia no ensino fundamental.

2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EVOLUÇÃO DO ENSINO DE GEOGRAFIA: UM BREVE HISTÓRICO

2.1.1 A definição do objeto da geografia

Apesar da Antiguidade do termo, as opiniões sobre o que seria a geografia e qual o seu objeto de estudo, evoluíram e variaram muito através dos tempos. Inicialmente o conhecimento geográfico era extremamente prático, empírico, limitando-se à catalogação e à cartografia de nomes e de lugares. Esta geografia, desenvolvida até o final do século XVIII servia aos exércitos, para que estes avançassem em regiões vizinhas com mais segurança; servia também aos governos que organizavam a administração e a divisão administrativa de países e impérios; e aos comerciantes que além dos nomes dos lugares, acrescentavam informações sobre as possibilidades de produção de determinadas áreas.

Neste contexto, a geografia foi definida como o estudo da diferenciação de áreas. Esta perspectiva da Geografia Tradicional, fundamentada no positivismo e estruturada em meados do século XIX, trouxe uma visão comparativa para o universo da análise geográfica, buscando individualizar as áreas, comparando-as umas com as outras. Alguns autores buscaram a definição da geografia como o estudo do espaço. Para estes o espaço seria passível de uma abordagem específica, a qual qualificaria a análise geográfica. Contudo, esta concepção é na verdade minoritária e pouco desenvolvida pelos geógrafos, sendo considerada bastante vaga e problemática.

O paradigma da geografia lembra aquele que Foucault denomina, em sua *Arqueologia do saber*, a forma da representação clássica. O olhar do geógrafo sobre o mundo sugere-lhe, à primeira vista, uma circundância formada por uma diversidade de coisas. Como a ciência não pode trabalhar com uma multidão heteróclita de coisas sem um esquema que as integre numa arrumação totalizada de conjunto, a geografia – tomada como ciência – retira da própria percepção imediata os elementos da fórmula para ela ordenadora do mundo circundante: o esquema N-H-E (natureza, homem e economia). E o estabelece assim como modelo teórico que, ao mesmo tempo que é de classificação, é também conceitual. (MOREIRA, 2006, p. 9)

Finalmente a geografia vai ser definida como o estudo das relações entre o homem e o meio, ou seja, entre a sociedade e a natureza. Assim a especificidade dessa disciplina é explicar o relacionamento entre os dois domínios da realidade. Dentro desta concepção, também tradicionalista, vão aparecer, pelo menos, três visões distintas do objeto da geografia. Para

alguns autores este vai ser definido pelas influências da natureza sobre o desenvolvimento da humanidade. Estes tomam a ação do meio, sobre os homens e as sociedades, como uma verdade inquestionável.

Desta forma, o homem é posto como um elemento passivo, cuja história é determinada pelas condições naturais, que o envolvem. O peso da explicação residiria totalmente no domínio da natureza. Tal perspectiva pode aparecer em formulações de um radicalismo gradual, porém o limite da ação humana sempre estaria no máximo na adaptação ao meio. (MORAES, 1999, p. 18)

Mantendo a ideia da geografia, como estudo da relação entre o homem e a natureza, o objeto da geografia é definido como a ação do homem na transformação deste meio, invertendo, assim, completamente, a concepção anterior, dando o peso da explicação aos fenômenos humanos. “Caberia estudar como o homem se apropria dos recursos oferecidos pela natureza e os transforma, como resultado de sua ação”. (MORAES, 1999, p. 19)

Toda essa discussão em torno do objeto de estudo da geografia está fundamentada nas perspectivas do pensamento geográfico tradicional, pois é nessa que a questão do objeto aflora de modo mais contundente. Apesar das várias definições de objeto, existentes na reflexão geográfica, é possível apreender-se uma continuidade neste pensamento.

Os postulados do positivismo vão ser o patamar sobre o qual se ergue o pensamento geográfico tradicional, dando-lhe unidade. Em primeiro lugar, coloca-se algo que é comum a todas as ciências, a referência ao real, como um elemento de especificidade da geografia, reduzindo esta a mero empirismo numa visão empobrecedora da realidade. “A descrição, a enumeração e classificação dos fatos referentes ao espaço são momentos de sua apreensão, mas a Geografia Tradicional se limitou a eles; como se eles cumprissem toda a tarefa de um trabalho científico”. (MORAES, 1999, p. 22)

Esta concepção, presente nas definições apresentadas impediu que a geografia ultrapassasse a descrição e classificação dos fenômenos. Por esta razão, a Geografia Geral, tão almejada pelos geógrafos, na prática sempre se restringiu aos compêndios enumerativos e exaustivos que eram memorizados pelos estudantes do secundário. Assim, a unidade do pensamento geográfico tradicional adviria do fundamento comum tomado ao positivismo, manifestado numa postura geral, profundamente empirista e naturalista.

Segundo Forster, a descrição das paisagens deve preparar, para a explicação, uma tarefa de evidenciar as relações atuantes entre os fenômenos e esclarecer sua natureza. A descrição culmina na explicação das relações, com atenção particular nas relações do homem com o meio. O que, para Foster, se deve fazer por intermédio de um método

preciso e cuidadoso. Em sua sistemática, portanto, Forster estabelece como objetivo da geografia o estudo da superfície terrestre, e como seu método a comparação, do qual deriva a descrição e a explicação como categorias analíticas das paisagens. E toma por abordagem do estudo da superfície terrestre o recortamento das paisagens, vendo cada grande paisagem como um recorte, e o conjunto dos recortes das paisagens como a origem da divisão da superfície terrestre numa diversidade de áreas, enfatizando a geografia como uma ciência corográfica. Campo, objeto e método ficam assim estabelecidos, a partir desta concepção da geografia como uma ciência voltada para o estudo da superfície terrestre e análise dessa superfície em termos de corografia. (MOREIRA, 2006, p. 16)

As máximas e os princípios vão sendo incorporados e transmitidos, no pensamento geográfico, de uma forma não crítica. São tomadas como afirmações verdadeiras e não são questionadas. Pois, tais afirmações são o patamar dos estudos geográficos que, apesar de frágil, é a única sustentação da autoridade e legitimidade desta disciplina.

O fato de o temário geral da geografia se substantivar em propostas apoiadas em concepções de mundo, em metodologias e em posicionamentos sociais diversificados, e muitas vezes antagonicos, torna impossível a existência de um conteúdo consensual nesta disciplina. Assim,

Frente a estas razões, a pergunta – o que é Geografia? – adquire uma conotação nova. Escapa-se do plano da abstração, quando se aceita que existem tantas Geografias quantos forem os métodos de interpretação. E mais, que geografia é apenas um rótulo, referido a um temário geral. E que este só se substantiva através de propostas orientadas por métodos, que expressam posicionamentos sociais. Assim, o que é geografia dependerá da postura política, do engajamento social, de quem faz Geografia. Assim, existirão tantas Geografias, quantos forem os posicionamentos sociais existentes. (MORAES, 1999, p. 30)

Desta forma, pode-se dizer que até o final do século XVIII o conhecimento geográfico encontrava-se disperso. As matérias referentes à geografia eram bastante diversificadas, sem um conteúdo unitário, e muito do que hoje é entendido por geografia, não recebia esta designação. Assim, até este momento não é possível falar de conhecimento geográfico, como algo padronizado, com uma unidade temática e de continuidade das formulações. Na verdade, trata-se de todo um período de dispersão do conhecimento geográfico, onde é impossível falar dessa disciplina como um todo sistematizado e particularizado. É o que Néelson Werneck denomina de “pré-história da geografia”.

Assim, se aceitarmos uma divisão da história dos conhecimentos geográficos – para não falar ainda em Geografia – que inclua a etapa preliminar da pré-história, ela comporta uma subdivisão: antes do registro e depois do registro. (SODRÉ, 1976, p. 14)

O estudo da geografia abrange, hoje, grande complexidade de aspectos. O desenvolvimento dos meios de comunicação, o crescimento demográfico, descoberta de novos meios de explorar a superfície terrestre, a evolução da técnica em geral, e a entrada do capitalismo trará profundas transformações na geografia, no plano da realidade e no plano do saber.

2.1.2 A Geografia Tradicional e a sistematização do conhecimento geográfico

A sistematização do conhecimento geográfico só vai ocorrer no início do século XIX. Pois é nesta época que as condições históricas para um pensar geográfico autônomo estarão suficientemente maturadas. Assim, na constituição do modo de produção capitalista, desenvolvem-se os pressupostos desta disciplina. O primeiro pressuposto referia-se ao conhecimento efetivo da extensão real do planeta. Era necessário que a Terra toda fosse conhecida para que fosse pensado de forma unitária o seu estudo. Como afirma Moraes (1999, p. 34), “O conhecimento da dimensão e da forma real dos continentes era a base para a ideia de conjunto terrestre, concepção basilar para a reflexão geográfica”.

Outro pressuposto da sistematização da geografia era a existência de um repositório e informações, sobre variados lugares da Terra. Assim, o levantamento de realidades locais, em número elevado, aparece como fundamento de uma reflexão geográfica sólida. A apropriação de um dado território implicava o estabelecimento de uma relação mais estreita com os elementos aí existentes, logo, num maior conhecimento de sua realidade local. O interesse dos estados levou ainda à fundação de institutos nas metrópoles, que passaram a agrupar o material recolhido, como as sociedades geográficas e os escritórios coloniais. A geografia da primeira metade do século XIX foi, fundamentalmente, a elaboração desse material.

Um outro pressuposto para o aparecimento de uma geografia unitária era o aprimoramento das técnicas cartográficas, um instrumento essencialmente geográfico. Era necessário haver possibilidades de representação dos fenômenos observados, e da localização dos territórios. Assim, a representação gráfica, era um requisito da reflexão geográfica e também uma necessidade para a expansão do comércio.

O desenvolvimento das ciências em geral e da Geografia em particular acelerou-se nos séculos XVIII e XIX, em consequência da expansão do capitalismo. O capitalismo comercial provocaria, a partir do século XV, grande expansão das navegações e, como consequência, o descobrimento dos novos continentes e ilhas, fazendo com que se intensificasse o comércio entre os povos que viviam em condições naturais, e em organizações sociais as mais diversas. A Europa, que

possuía o núcleo de civilização mais dinâmica e tinha maior controle da tecnologia, estendeu a sua influência econômica e política por toda a superfície da Terra... . (ANDRADE, 1987, p. 46)

Uma outra classe de pressupostos é a dos referidos à evolução do pensamento. Estes se substantivavam no movimento ideológico, engendrado pelo processo de transição do feudalismo ao capitalismo e implicavam a valorização dos temas pela reflexão da época, a ponto de legitimarem a criação de uma disciplina específica dedicada a eles. Estas condições necessárias se expressam nas fontes imediatas do pensamento geográfico, naqueles autores e escritos diretamente citados pelos geógrafos. Assim, como coloca Moraes (1999, p.37), “... estes pressupostos referem-se ao conjunto de formulações que, incidindo sobre os temas tratados pela Geografia, valorizam-nos, legitimam-nos, enfim dotam-nos de uma cidadania acadêmica”.

Outra fonte da sistematização do conhecimento geográfico se encontra nos pensamentos políticos iluministas. Estes porta-vozes do novo regime político, em suas argumentações passaram por temas próprios da Geografia, ao discutir as formas de poder e de organização do Estado. Também os trabalhos desenvolvidos pela Economia Política atuaram na valorização dos temas geográficos. Esta disciplina foi responsável pelas primeiras análises sistemáticas de fenômenos da vida social.

Os economistas políticos discutiram questões geográficas, ao tratar de temas, como a produtividade natural do solo; a dotação diferenciada dos lugares, em termos de recursos minerais; o problema da distância, o do aumento populacional, entre outros. Suas teorias divulgaram estas questões, que posteriormente constituíram o temário clássico da Geografia. (MORAES, 1999, p. 40)

Desta forma, no início do século XIX, os pressupostos para a sistematização da geografia já estão praticamente definidos. Estas condições haviam se constituído no próprio processo de formação, avanço e domínio das relações capitalistas. Tal processo realiza tanto os pressupostos materiais, quanto os vinculados à evolução do pensamento. A sistematização da geografia, sua colocação como uma ciência particular e autônoma, foi um desdobramento das transformações operadas na vida social, pela emergência do modo de produção capitalista.

Portanto, a Geografia Tradicional deixou uma ciência elaborada, um corpo de conhecimentos sistematizados, com relativa unidade interna e indiscutível continuidade nas discussões. Deixou fundamentos, que mesmo criticáveis, delimitaram um campo geral de investigações, articulando uma disciplina autônoma. Nesse processo, elaborou um temário

válido, independente das teorias que desenvolveu; esse temário restou como a grande herança do pensamento geográfico tradicional.

2.1.3 O ensino de Geografia no Brasil: tendências e reflexões

As primeiras propostas para o ensino da geografia no Brasil surgiram com a fundação da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo e do Departamento de Geografia, quando, a partir da década de 40, a disciplina Geografia passou a ser ensinada por professores licenciados, com forte influência da escola francesa de Vidal de La Blache.

A geografia, enquanto disciplina, apresentava-se com uma estrutura de inventário e de enciclopédia. O discurso descritivo e até determinista, imprimiu ao pensamento geográfico o mito da ciência passiva, não-politizada, com o argumento da neutralidade do discurso científico. Além de desarticulada era centrada quase que exclusivamente na descrição empírica dos aspectos naturais da paisagem.

Essa tendência da geografia e as correntes que dela se desdobraram foram chamadas de Geografia Tradicional. Apesar de valorizar o papel do homem como sujeito histórico, propunha-se na análise da produção do espaço geográfico, estudar a relação homem-natureza sem priorizar as relações sociais. Ou seja, não se discutiam as relações intrínsecas à sociedade, abstraindo assim o homem de seu caráter social. Segundo Brabant,

O peso da descrição física na geografia escolar foi sempre importante. Esta importância quantitativa não é absolutamente proporcional ao lugar qualitativo que os fatores físicos têm no raciocínio (ou arremedo no raciocínio) do curso de geografia. Esta distorção é devida, sem dúvida, ao fato de que a geografia foi concebida inicialmente como auxiliar da história no quadro do ensino. (BRABANT, 1998, p.17)

Na escola, essa geografia se traduziu pelo estudo descritivo das paisagens naturais e humanizadas, de forma dissociada do espaço vivido pela sociedade e das relações contraditórias de produção e organização do espaço. Os procedimentos adotados promoviam principalmente a descrição e a memorização dos elementos que compõem as paisagens sem, contudo, esperar que os alunos estabeleçam relações, analogias ou generalizações. Como coloca Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1998), “[...] os professores e os alunos são treinados a não pensar sobre o que é ensinado e sim, a repetir pura e simplesmente o que é ensinado. O que significa dizer que eles não participaram do processo de produção do conhecimento”.

Essa perspectiva marcou também a produção dos livros didáticos até meados da década de 70 e, mesmo hoje em dia, ainda apresentam em seu corpo de ideias, interpretações ou até mesmo expectativas de aprendizagem defendida pela Geografia Tradicional.

Após a Segunda Guerra Mundial, a realidade tornou-se mais complexa e os métodos e as teorias da Geografia Tradicional tornaram-se insuficientes para apreender essa complexidade e, principalmente, para explicá-la. O levantamento feito por meio de estudos apenas empíricos tornou-se insuficiente. Oliveira ressalta:

É, pois, essa geografia limitada e limitante que se envolveu no embate entre o possibilismo e o determinismo que está na raiz da “geografia dos professores” como a chamou por (sic) Yves Lacoste. É esta postura teórica e metodológica que está presente na grande maioria dos livros didáticos e em praticamente todos os departamentos de geografia existentes no Brasil. É essa geografia que não tem convencido nem mesmo os ideólogos do modo capitalista de pensar, que passou após a Segunda Guerra Mundial (quando se acentua a crise do capitalismo) a ser objetivo de críticas. (OLIVEIRA, 1998, p.26)

Torna-se necessário, então, a realização de estudos voltados para a análise das relações mundiais, análises essas também de ordem econômica, social, política e ideológica. Por outro lado, o meio técnico e científico passou a exercer forte influência nas pesquisas realizadas no campo da geografia.

A partir dos anos 60, sob influência das teorias marxistas, surge uma tendência crítica à Geografia Tradicional, cujo centro de preocupação passa a ser as relações entre a sociedade, o trabalho e a natureza na produção do espaço geográfico. “Esse movimento crítico que aparece entre nós como geografia nova, geografia crítica, etc., têm como elemento unificador a utilização do materialismo histórico e dialético como corpo teórico e metodológico de investigação da realidade”. (OLIVEIRA, 1998).

Assim os geógrafos procuraram estudar a sociedade por meio das relações de trabalho e da apropriação humana da natureza para produzir e distribuir os bens necessários às condições materiais que a garantem. Critica-se a Geografia Tradicional, do Estado e das classes sociais dominantes, propondo-se uma geografia das lutas sociais. Essa nova geografia ganha conteúdos políticos que são significativos na formação do cidadão e as suas transformações teóricas e metodológicas tiveram grande influência na produção científica da última década. Em outros termos Vesentini coloca que,

[...] o conhecimento a ser alcançado no ensino, na perspectiva de uma geografia crítica, não se localiza no professor ou na ciência a ser 'ensinada' ou vulgarizada, e sim no real, no meio onde aluno e professor estão situados e é fruto da práxis coletiva dos grupos sociais. Integrar o educando no meio significa deixá-lo descobrir que pode tornar-se sujeito na história. (VESENTINI, 1998, p.37)

Para o ensino essa perspectiva trouxe uma nova forma de se interpretar as categorias de espaço, território e paisagem, e influenciaram a partir dos anos 80, uma série de propostas curriculares voltadas para o Ensino Fundamental. Essas propostas, no entanto, foram centradas em questões referentes a explicações econômicas e a relações de trabalho que se mostraram, no geral, inadequadas para os alunos dessa etapa da escolaridade, devido a sua complexidade. Além disso, a prática da maioria dos professores e de muitos livros didáticos conservaram a linha tradicional, descritiva e descontextualizada herdadas da Geografia Tradicional, mesmo quando o enfoque dos assuntos estudados era marcado pela geografia marxista. Assim Vânia Vlach afirma,

[...] a geografia (mas não só ela), tendo substituído o sujeito pelo objeto, e primado pelo conhecimento (fragmentado, por isso mesmo determinista e positivista), comprometeu-se a fundo com a ideologia do nacionalismo patriótico, de que o seu conteúdo programático e o seu livro didático ainda estão prenhes". (VLACH, 1998, p. 42)

Nas últimas décadas, a definição de abordagens que considerem as dimensões subjetivas e, portanto, singulares que os homens em sociedade estabelecem com a natureza, tem sido uma das características fundamentais da produção acadêmica de geografia. Para tanto, o estudo da sociedade e da natureza deve ser realizado de forma conjunta. No ensino, professores e alunos deverão procurar compreender que esses elementos constituem a base material ou física sobre a qual o espaço geográfico é construído. Segundo Moreira:

Este processo econômico e político, amplo e fundo, traçado nos seus contornos rápidos, significando rachaduras largas e profundas no mundo da realidade, haverá de se reproduzir no plano subjetivo do pensamento, para o saber como um todo. No plano específico do saber geográfico oficializado abrirá brechas pelas quais irromperá um saber geográfico longamente confinado. (MOREIRA, 1998, p.54)

Essas dimensões são socialmente elaboradas – fruto das experiências individuais marcadas pela cultura na qual se encontram inseridas – e resultam em diferentes percepções do espaço geográfico e sua construção. É, essencialmente, a busca de explicações mais plurais,

que promovam a interseção da geografia com outros campos do saber. Uma geografia que não seja apenas centrada na descrição empírica das paisagens, tampouco pautada exclusivamente na interpretação política e econômica do mundo; que trabalhe tanto as relações socioculturais da paisagem como os elementos físicos e biológicos que dela fazem parte, investigando as múltiplas interações entre eles estabelecidas na constituição de um espaço: o espaço geográfico. Oliveira relata que

É nesses termos que a geografia hoje se coloca. É nesses termos que seu ensino adquire dimensão fundamental no currículo: um ensino que busque inculcar nos alunos uma postura crítica diante da realidade, comprometida com o homem e a sociedade tal qual ela se apresenta, dividida em classes com conflitos e contradições. E contribua para a sua transformação. (OLIVEIRA, 1998, p.135)

Nesse sentido, a análise geográfica deve focar as dinâmicas de suas transformações e não a descrição e o estudo de um mundo estático. A compreensão dessas dinâmicas requer movimentos constantes entre os processos sociais e físicos, inseridos em contextos particulares ou gerais. A preocupação básica deve abranger os modos de produzir, de existir e de perceber os diferentes espaços geográficos. Sobre os objetivos da geografia Cavalcanti ressalta

O trabalho de educação geográfica na escola consiste em levar as pessoas em geral, os cidadãos, a uma consciência da espacialidade das coisas, dos fenômenos que eles vivenciam, diretamente ou não, como parte da história social. O raciocínio espacial é importante para a realização das práticas sociais variadas, já que essas práticas são práticas socioespaciais. (CAVALCANTI, 2002, p. 12)

A maneira mais comum de se ensinar geografia tem sido pelo discurso do professor ou pelo livro didático. Este discurso sempre parte de alguma noção ou conceito chave e tem como foco algum fenômeno social, cultural ou natural que é descrito e explicado, de forma descontextualizada do lugar ou do espaço no qual se encontra inserido. Com base nisso, Oliveira relata que

Nesse processo o professor foi perdendo ou, então, nem teve a oportunidade de formar a sua condição de produtor de conhecimentos. Ele se tornou ou foi transformado em um mero repetidor dos conteúdos dos livros didáticos. As editoras chegaram inclusive a publicar o “livro do professor”, uma espécie de “cartilha”, na suposição de lhe facilitar o trabalho. (OLIVEIRA, 1998, P. 138)

As abordagens atuais do ensino da geografia têm sido direcionadas para práticas pedagógicas que permitam apresentar aos alunos os diferentes aspectos de um mesmo fenômeno em diferentes momentos da escolaridade, de modo que os alunos possam construir compreensões novas e mais complexas a seu respeito. Para tanto, o estudo da sociedade e da natureza deve ser realizado de forma conjunta. No ensino professores e alunos deverão procurar entender que sociedade e natureza constituem a base material ou física sobre a qual o espaço geográfico é construído, podendo assim, intervir de forma consciente neste processo.

Nesse sentido, a geografia explica como as sociedades produzem o espaço, conforme seus interesses em determinados momentos históricos e que esse processo implica em transformação contínua. As sociedades, ao se apropriarem da natureza, precisam medi-la, controlá-la e dominá-la. Tais habilidades também são apropriadas de forma diferenciada, em sociedades com organizações sociais próprias.

A apropriação da natureza se dá pelo processo de trabalho, que é um ato social. Portanto, dado que é pelo trabalho social que se estabelece a relação sociedade-natureza, é fundamental o entendimento da sociedade para entender a natureza, já que esta é apropriada historicamente.

A Geografia atualmente adquiriu dimensão fundamental no currículo: um ensino que inspire nos alunos uma postura crítica diante da realidade, comprometida com o homem concreto e com a sociedade tal qual ela se apresenta, seletiva, conflituosa e contraditória. É assim que a geografia pode contribuir para a transformação social, desenvolvendo habilidades e contribuindo para a formação de um cidadão capaz de interferir conscientemente na realidade vivida.

2.2 A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

2.2.1 A construção histórica da cidadania

O conceito de cidadania está intimamente associado à vida em sociedade. Sua origem está ligada ao desenvolvimento das *pólis* gregas, entre os séculos VIII e VII a.C. A partir de então, tornou-se referência aos estudos que enfocam a política e as próprias condições de seu exercício, tanto nas sociedades antigas quanto nas modernas. Entretanto, as mudanças nas estruturas socioeconômicas, incidiram, igualmente, na evolução do conceito e da cidadania, moldando-os de acordo com as necessidades de cada época.

Cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço. É muito diferente ser cidadão na Alemanha, nos Estados Unidos ou no Brasil, não apenas pelas regras que definem quem é ou não titular da cidadania, mas também pelos direitos e deveres distintos que caracterizam o cidadão em cada país atualmente. Mesmo dentro de cada Estado-nacional o conceito e a prática da cidadania vêm se alterando ao longo dos últimos duzentos ou trezentos anos. Isso ocorre tanto em relação a uma abertura maior ou menor do estatuto de cidadão para sua população, ao grau de participação política de diferentes grupos, quanto aos direitos sociais, à proteção social oferecida pelos Estados aos que dela necessitam.

Mesmo que, inconscientemente, o homem, na sua caminhada ao longo da História, sempre manteve a cidadania como questão central das suas lutas, como se verifica ao se recuar nos primórdios da humanidade. Lana Cavalcanti ressalta

Considero que a ideia da universalidade, de direitos universais, é extremamente importante na defesa de uma organização social democrática, formada a partir de um “contrato” livre que garanta igualdade de direitos a todos. Essa igualdade, porém, não é algo dado, pois ela é construída histórica e socialmente. Não há então, universalidade no sentido de valores, normas e direitos que devem ser considerados universais para todo o sempre, independentemente de sua inserção no espaço e tempo. O que há são direitos, mas histórica e socialmente construídos. Com isso, pode-se defender a ideia de que cidadão é aquele que exerce seu direito a ter direitos, ativa e democraticamente, o que significa exercer seu direito de, inclusive, criar novos direitos e ampliar outros. É no exercício pleno da cidadania que é possível, então, transformar direitos formais em direitos reais. (CAVALCANTI, 2002, p. 51)

A luta pela cidadania estava presente no profetismo hebreu. Os contemporâneos de Aristóteles e Platão organizavam-se para a prática da cidadania. A Roma de Cícero, através do Direito, da civitas, contribuiu significativamente na discussão dos direitos civis e políticos do cidadão. Essas histórias de lutas humanas em busca de reconhecimento de direitos do homem como cidadão, passa também pelo período medieval, deixando os mais profundos vestígios. Em seguida, pelas revoluções burguesas, pelas lutas sociais dos séculos XIX e XX e até nossos dias.

A história da cidadania confunde-se em muito com a história das lutas pelos direitos humanos. A cidadania esteve e está em permanente construção; é um referencial de conquista da humanidade, através daqueles que sempre buscam mais direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas, e não se conformam frente às dominações arrogantes, seja do próprio Estado ou de outras instituições ou pessoas que não desistem de privilégios. Assim Lana afirma que,

Essa ideia de cidadania também faz uma ligação direta à proposta de democracia política, econômica e social (só se tem direito numa sociedade democrática,

entendendo-a como aquela que garante a igualdade de condições de vida a todos). Está vinculada com a prática da vida coletiva e pública, ou com o exercício coletivo da vida, com associação forte aos direitos e deveres inerentes ao exercício político democrático da vida em sociedade. (CAVALCANTI, 2002, p. 52)

Com o fim do Absolutismo, na Idade Contemporânea (séc. XVIII até os dias de hoje), surgiu um novo tipo de Estado, o Estado de Direito, que é uma grande característica do atual modelo de democracia. A principal característica do Estado de Direito é: "Todos tem direitos iguais perante a constituição", percebendo assim, uma grande mudança no conceito de cidadania.

Por um lado, trata-se do mais avançado processo que a humanidade já conheceu, por outro lado, porém, surge o processo de exploração e dominação do capital. A burguesia precisava do povo e o convencia de que todos estavam contra o Rei e lutando pela igualdade, surgindo assim, as primeiras constituições, ou seja, Estado feito a serviço da Burguesia.

Acontece, então, a grande contradição: cidadania X capitalismo. Cidadania é a participação de todos em busca de benefícios sociais e igualdade. Mas a sociedade capitalista se alimenta da pobreza. No capitalismo, a grande maioria não pode ter muito dinheiro, afinal, ser capitalista é ser, por exemplo, um grande empresário. Se todos fossem capitalistas, o capitalismo acabaria, ninguém mais ia trabalhar, pois não existiriam mais operários, por exemplo.

Da função de político, o homem passa para a função de consumidor, o que é alimentado de forma acentuada pela mídia. O homem que consome satisfaz as necessidades que outros impõem como necessárias para sua sobrevivência. Isso se mantém até os dias de hoje. Para mudar essas ideias, as pessoas devem criar seus próprios conceitos e a escola aparece como um fator fundamental. Como ressalta Milton Santos:

Numa sociedade tornada competitiva pelos valores que erigiu como dogmas, o consumo é verdadeiro ópio, cujos templos modernos são os *shopping-centers* e os supermercados, aliás construídos à feição das catedrais. O poder do consumo é contagiante, e sua capacidade de alienação é tão forte que a sua exclusão atribui às pessoas a condição de alienados. Daí a sua força e o seu papel perversamente motor na sociedade atual. (SANTOS, 1993, p. 34)

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. É, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à

educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais, fruto de um longo processo histórico que levou a sociedade ocidental a conquistar parte desses direitos.

No Brasil, a cidadania deve ser vista como uma possibilidade, pois ainda não se efetivou como um projeto de sociedade no país. Em um país periférico e de industrialização tardia como o Brasil o cidadão pleno nunca chegou a existir de fato. Tivemos como herança colonial uma sociedade de tradição autoritária, na qual os homens tinham muito mais deveres do que direitos e cujo fundamento da disciplina era a simples e inquestionável obediência. Além disso, mal se completa a infância da República brasileira, entremeada por conturbados períodos ditatoriais, conjugou-se à nossa história a implantação de uma sociedade de consumo de massa que corroe o já frágil projeto de cidadania brasileiro. Como afirma Santos,

No Brasil o milagre econômico, com sua enorme força ideológica, muito maior que os seus resultados concretos e materiais, agiu como um dissolvente eficaz. A sensação do bem-estar rapidamente obtido – e quantas vezes sem mérito! – pelas novas classes médias dava-lhes a impressão de realização pessoal. A ideologia da prosperidade contaminava a sociedade de alto a baixo, enriquecendo de sonhos injustificados a quem jamais deixaria de ser pobre. (SANTOS, 1993, p. 38)

Nos anos 80 e 90, percebeu-se no Brasil um processo de mudanças no sentido de implantação e afirmação da cidadania. Em primeiro lugar, a superação do regime de 1964 provocou uma onda de redemocratização que trouxe como valor máximo a questão da cidadania. Em segundo lugar, a instalação de uma crise profunda no campo econômico, com inevitáveis reflexos nos terrenos social e político. A questão de se proporcionar a instrumentalização da cidadania como meio de se buscar a transformação social, estabelecendo-se um vínculo ao estado do bem-estar social e do acesso justiça como meios de exercício da cidadania.

A Constituição de 1824, implantou de uma só vez tanto os direitos civis como políticos, implantação esta de cima para baixo, “quase sem luta”. Esses direitos civis, no entanto, eram extremamente restritos dado que conviviam com a instituição da escravidão. Assim, a existência dos direitos políticos sem o prévio desenvolvimento de direitos civis, da convicção única da liberdade individual e dos limites do poder do Estado, redundava num exercício falho da cidadania política.

O que se percebe é o fato dos direitos, de uma forma ampla, no Brasil serem mais iniciativa do Estado do que da própria sociedade. Isto não quer dizer que se está negando a existência da sociedade civil, mas que frente ao poder de iniciativa e de ação do Estado a

capacidade propositiva da sociedade no Brasil é muito menor. Isto conduz ao que se chama de “precariedade” da cidadania no Brasil, precariedade esta assentada no desenvolvimento frágil dos direitos civis, base para a colocação dos direitos políticos.

2.2.2 A geografia escolar e a construção da cidadania

Ao assumir o espaço geográfico como produção histórica da sociedade, é inevitável que se estabeleça o vínculo entre a geografia e a cidadania. Num mundo em que homens e mulheres são reduzidos à condição de consumidores, torna-se necessário discutir o papel das diversas ciências, em especial a geografia, na formação do cidadão. É, portanto, de fundamental importância que os produtores do espaço percebam-se como parte integrante do mesmo. Assim, um mínimo de conhecimento sobre a ciência geográfica, os seus fundamentos e sua evolução conceitual remete de imediato à sua condição de saber estratégico e político.

Essa compreensão do ensino de geografia indica que a prática docente está carregada de intencionalidade, não podendo ser produto do acaso ou do improviso. É prática cultural e política sem argumentos para a neutralidade. Sendo uma prática política, o ensino de geografia requer do educador que considere as suas condições de trabalho e de aprendizagem, suas e dos alunos, e que projete seu planejamento e sua intervenção para além da aula, do livro, do mapa e do exercício. De acordo com Callai,

A educação para a cidadania é um desafio para o ensino e a Geografia é uma das disciplinas fundamentais para tanto. O conteúdo das aulas de Geografia deve ser trabalhado de forma que o aluno construa a sua cidadania. E muito se tem falado em educação para cidadania, mas de maneira muitas vezes, irreal e inalcançável, burocrática, ligada ao positivismo e com soluções técnicas, definida num ou em vários objetivos, que no mais das vezes consideram o sujeito-estudante deslocado do mundo em que vive, como se fosse um ser neutro e abstrato. (CALLAI, 2001, p. 136)

A construção dos conhecimentos geográficos na escola não visa à formação de pequenos geógrafos. A promoção e defesa de uma educação geográfica que sirva e oriente as práticas da sociedade civil resultaria de uma transposição didática, consciente e refletida na escola. Significa apresentar à sociedade a contribuição dos saberes geográficos para bem ler e estar no mundo na condição de sujeito, a perspectiva desses conhecimentos e a interpretação das ações humanas enquanto produtor de suas condições de reprodução. Saberes tão relevantes quanto o

saber ler e contar para o exercício da cidadania é localizar, localizando-se não apenas como indivíduo, mas como agente social.

O conhecimento geográfico não é algo que possa e deva ser facilmente manipulável, porque seu objeto tem por base um processo social, que produz o espaço geográfico, é fruto de uma relação de classes, historicamente dada. É o espaço geográfico capaz de caminhar em direção a uma postura crítica e de permitir ao homem sentir-se como agente de transformação da sociedade e da liquidação total da situação de opressão em que vive. Ou seja, a geografia não somente analisa as desigualdades sociais, mas também as contradições que levam a estas desigualdades e que estão expressas espacialmente. Callai relata que,

Acreditando e partindo do pressuposto de que a educação para a cidadania perpassa várias disciplinas, a questão que me coloco é como a Geografia pode contribuir neste processo. Se a formação do educando para ser um cidadão passa pela ideia de prepará-lo para “aprender a aprender”, para “saber fazer”, o papel das disciplinas escolares, e o da Geografia particularmente, tem a ver com o método, quer dizer, de que forma se irá abordar a realidade. (CALLAI, 2001, p. 137)

O diagnóstico do que não está funcionando no ensino da geografia e do que não permite chegar-se a um entendimento do que é o homem-cidadão pode tornar-se mais um exercício intelectual. Ora, já foi dito que a escola está numa razão inversamente proporcional à realidade onde está colocada. Então, diz-se que devem ser estruturados currículos adequados a esta realidade. Contudo, isto também não basta, uma vez que, além de sempre podermos incorrer naquela tradição onde a “matéria” é privilegiada, esta, via currículo, pode transformar-se em mera formalidade para o professor e acabar, de qualquer forma, sendo de pouca utilidade para o aluno.

O espaço produzido pelo homem é essencialmente um espaço social, porque o homem, ao entrar em contato com a natureza, transforma-a e a si se transforma através do trabalho. A natureza deste trabalho é social e, assim, o homem produz o seu espaço social e nele se organiza espacial e socialmente. Mas, no sistema socioeconômico em que vivemos o uso do espaço revela as contradições inerentes ao modo de produção que o engendra. Fica evidente, uma vez que nele se separa o capital do trabalho. Estabelece-se esta contradição: o trabalhador dos meios de produção, que não lhe pertence, é quem menos faz uso deste espaço. Consequentemente, nele se aliena e não constrói a sua cidadania. Neste sentido, cabe à geografia demonstrar as contradições e as formas de mediar os conflitos de classes na sociedade e seu espaço. Em outros termos Callai coloca,

Este espaço real, concreto, que vemos, onde vivemos e no qual ocupamos um lugar para morar e no qual nos locomovemos, existe em si mesmo. É uma dimensão da realidade, e como tal precisamos nos apropriar intelectualmente dele. É um conceito precisa ser construído no interior do processo de aprendizagem. (CALLAI, 1998, p. 65)

A apropriação de uma “linguagem geográfica” é condição fundamental para o homem contemporâneo. A intensificação de fluxos de informações, do encontro de práticas culturais diversas e dos mecanismos de poder no contexto de um mundo cada vez mais orientado pela lógica do mercado elimina as pessoas, descaracterizando-as, arrancando-lhes identidade. Uma linguagem que pode apresentar elementos de compreensão, resistência e intervenção é a da geografia. Não exclusivamente, claro, mas está no cerne da identidade da geografia recuperar o lugar do homem alienado de sua maior produção – o espaço seja ele a cidade ou o campo e em múltiplas escalas. A socialização dessa cultura na escola passa pela definição de tratar a aprendizagem como processo. Logo, as ações pedagógicas precisam considerar os avanços e a atualização dos conhecimentos pedagógicos, bem como as pesquisas sobre o desenvolvimento cognitivo, dos domínios do pensamento e da linguagem dos educandos. Como afirma Lana Cavalcanti,

Essa orientação destaca a necessidade de o professor ir além do estudo dos fatos, das definições e, especialmente, da valorização exclusiva dos aspectos cognitivos do ensino. O ensino é um processo que compõe a formação humana em sentido amplo, apanhando todas as dimensões da educação: intelectual, afetiva, social, moral, estática, física. Para isso, necessita estar voltado não só para a construção de conceitos, mas também para o desenvolvimento de capacidades e habilidades para se operarem esses conhecimentos e para a formação de atitudes, valores e convicções ante os saberes presentes no espaço escolar. (CAVALCANTI, 2002, p.37)

Portanto, adquirir conhecimentos básicos de geografia é algo importante para a vida em sociedade, em particular para o desempenho das funções da cidadania: cada cidadão, ao conhecer as características sociais, culturais e naturais do lugar onde vive, bem como as de outros lugares, pode comparar, explicar, compreender e espacializar as múltiplas relações que diferentes sociedades em épocas variadas estabeleceram e estabelecem como o meio - natural e social - na construção de seu espaço geográfico. A aquisição desses conhecimentos permite maior consciência dos limites e responsabilidades da ação individual e coletiva com relação ao seu lugar e a contextos mais amplos, da escala nacional a mundial. Para tanto, a seleção de conteúdos de geografia para o ensino fundamental deve contemplar temáticas de relevância social, cuja compreensão, por parte dos alunos, mostra-se essencial em sua formação como cidadão.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada em escolas públicas, localizadas no município de Planalto no estado da Bahia. Para atender aos objetivos deste estudo utilizou-se o procedimento metodológico da pesquisa direta e indireta em três etapas.

A primeira etapa consistiu em uma revisão bibliográfica sobre o ensino de geografia para fundamentar teoricamente os resultados obtidos no decorrer desta pesquisa. Constatou também nesta etapa, a coleta de dados que foi realizada em órgãos públicos municipais como a Secretaria de Educação de Planalto.

Na segunda etapa foi realizado o trabalho de campo. Durante a pesquisa foram utilizados instrumentos como aplicação de formulários e entrevistas com alunos e professores abordando questões relativas ao ensino de geografia no que diz respeito a métodos e técnicas aplicadas pelos professores, bem como a participação e integração dos alunos nas aulas. Também foram considerados outros aspectos sobre o ensino de geografia como a concepção de geografia apresentada tanto pelos professores quanto pelos alunos, bem como a eficiência do ensino de geografia na construção da cidadania dos alunos das séries finais do ensino fundamental, especialmente os alunos da 8ª série.

Posteriormente, a terceira etapa consistiu na contagem, tabulação e análise desses dados para interpretação e entendimento do resultado final da pesquisa. O tempo previsto no cronograma desse projeto de pesquisa foi suficiente para desenvolver esse trabalho que culminou com esta redação monográfica.

O trabalho está organizado em três capítulos. O capítulo I apresenta um breve histórico sobre a evolução do ensino de geografia, enfocando a definição do objeto da ciência geográfica, a influência da Geografia Tradicional na sistematização do conhecimento geográfico e as tendências e reflexões do ensino de geografia no Brasil. O capítulo II versa sobre o papel da geografia na formação do cidadão, apresentando uma breve abordagem da construção histórica da cidadania no mundo e no Brasil e a finalidade da geografia escolar na construção e exercício desta cidadania. E finalmente o capítulo III traz uma análise do ensino de geografia desenvolvido nas séries finais do ensino fundamental no município de Planalto. Neste capítulo além da apresentação dos aspectos geográficos e do atual contexto educacional do município de Planalto, trata-se especialmente das práticas escolares relacionadas ao ensino de geografia, discutindo se estas contribuem, ou não, para a formação de uma postura cidadã dos alunos.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 UMA ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA ESCOLAR PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE PLANALTO

4.1.1 Aspectos geográficos do município de Planalto

Planalto está localizado na microrregião Sudoeste, no estado da Bahia. Apresenta área de 727 km², altitude média de 943 m, situado nas coordenadas geográficas de 14°41'15'' de latitude Sul e 40°26'15'' de longitude Oeste. Limita-se com os municípios de Poções, Caatiba, Nova Canaã, Barra do Choça, Anagé e Vitória da Conquista.

Região Sudoeste da Bahia, com destaque para Planalto

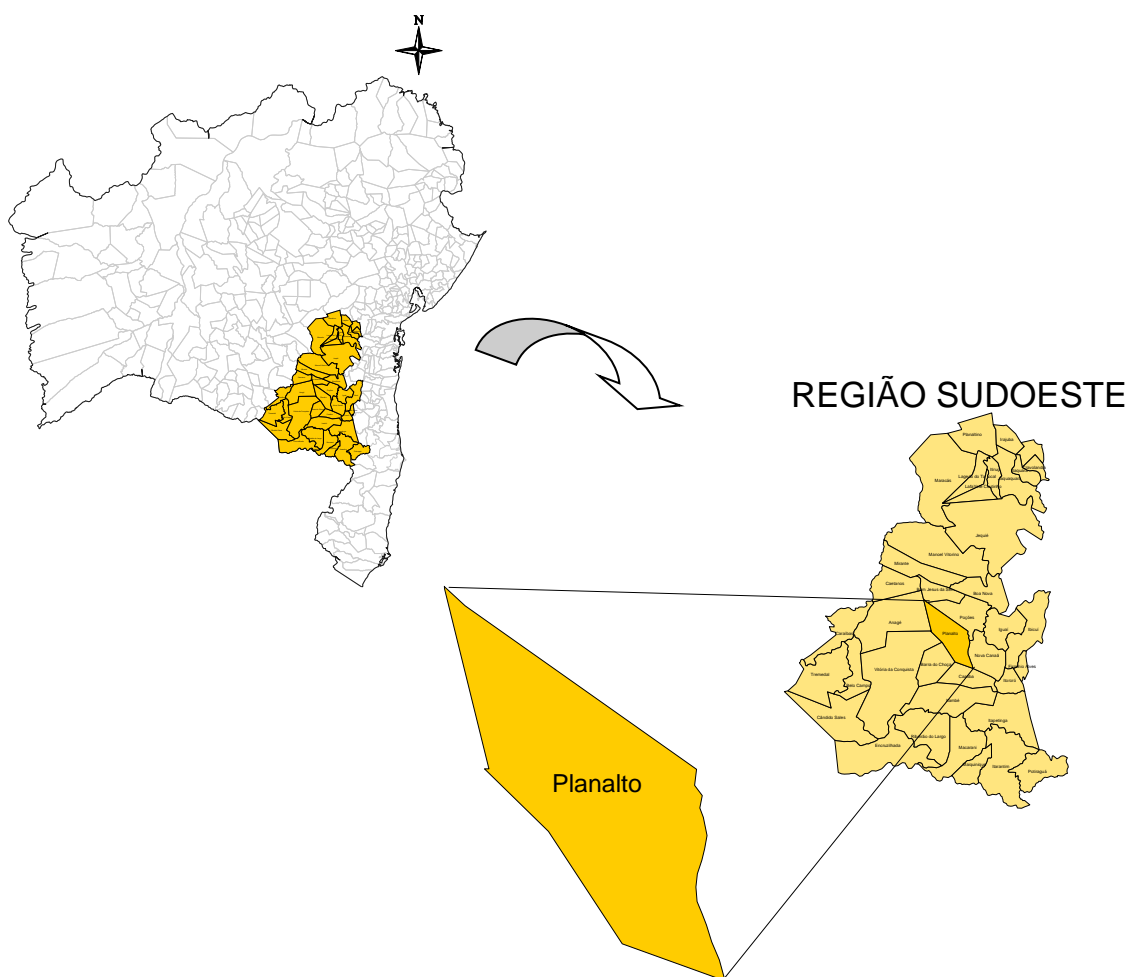


Figura 01

Fonte: PEREIRA, 2006.

De acordo com a regionalização econômica do IBGE, o município localiza-se na microrregião de Vitória da Conquista e mesorregião centro-sul baiana. Está situado entre as coordenadas 14°39'37" e 40°28'44", com 907 metros. O município de Planalto faz parte do Território de Identidade de Vitória da Conquista, dispõe de uma área de 828,06 km², com distância de aproximadamente 465 km da capital do estado, Salvador. Limita-se com Barra do Choça, Poções, Nova Canaã, Anagé, Caatiba e Vitória da Conquista.

No município de Planalto o clima predominante é o semiárido a seco e sub úmido. A média pluviométrica anual é de 645mm, com estação seca de maio a setembro. O município está localizado numa área de transição entre a Caatinga e a Mata, o sistema hidrográfico local pertence aos rios Pardo e das Contas. Alguns rios temporários também cortam o município, como o rio São José, São Bento, Cachoeira do Peixe e Cajuzinho, todos de curso intermitente. Toda a área do município está inserida no Polígono das Secas, com alto risco de seca.

Planalto possui uma população estimada em 26.632 habitantes (IBGE,2015). Desse total, cerca de 61% vivem na cidade e 39% vivem na zona rural. A maior parte da população está na faixa etária de 19 a 34 anos, quadro semelhante à realidade baiana e brasileira. Apresenta também redução das taxas de natalidade e crescimento da população idosa.

O PIB municipal atinge, aproximadamente, R\$ 136 milhões, o setor de serviços é o mais importante no município, uma vez que 66% do PIB. Os setores da agropecuária contribuem com 18%, a indústria com 11% e os impostos com 5%.

O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) em Planalto é de 0,560. Todavia, de acordo com o IBGE, o índice de pobreza no município é de 52,14, a taxa de mortalidade infantil ainda é muito alta, pois cerca de 24,9% das crianças nascidas vivas morrem antes de atingir os cinco anos de idade (PNUD, 2015).

4.1.2. O contexto educacional nas séries finais do ensino fundamental em Planalto

O sistema educacional do município de Planalto oferece níveis de ensino que vão desde a Educação Infantil ao ensino de 2º grau, sendo as unidades de ensino de caráter municipal, estadual ou particular. A tabela abaixo detalha a quantidade, o tipo das escolas e a localização no município:

Tabela 01 – Quantidade, tipo e localização das escolas no município de Planalto.

Ensino	Educ. Infantil / 1ª a 4ª		5ª a 8ª séries		2º grau		Total
	Zona urbana	Zona rural	Zona urbana	Zona rural	Zona urbana	Zona rural	
Municipal	8	15	2	2	-	-	27
Estadual	-	-	2	-	1	-	3
Particular	02	-	-	-	-	-	2

Fonte: Secretaria de Educação de Planalto.

O que se pode observar com as informações contidas na tabela acima é que a maioria das escolas que oferecem ensino em Educação Infantil e 1ª a 4ª séries está concentrada na zona rural, todas de administração municipal. Apenas duas escolas da rede particular, localizada na zona urbana, oferece Educação Infantil e do 1º ao 5º ano. Vale ressaltar que muitas dessas escolas, na zona rural, funcionam com classes multisseriadas, o que não ocorre nas escolas da área urbana.

O município de Planalto possui seis escolas que oferecem o ensino fundamental II (6º ao 9º ano), sendo duas na zona rural e quatro na zona urbana. Duas dessas escolas são da rede estadual de ensino e as outras são da rede municipal. No ano de 2016 o município matriculou cerca de dois mil, duzentos e quarenta e nove alunos no ensino fundamental II, desse total, quatrocentos e cinquenta e quatro estavam cursando o 9º ano, ou seja, concluindo esta fase da educação básica.



Figura 02

Fonte: Pesquisa de campo, agosto de 2016.



Figura 03

De acordo com os dados do IDEB 2015 o município de Planalto acompanha os resultados do estado da Bahia no IDEB: continua em progressão do 1º ao 5º ano desde 2007 e não consegue atingir a meta do 6º ao 9º ano desde 2013.

Criado pelo Inep em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) reúne em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios.

Em 2005, ano considerado para iniciar o estabelecimento do índice, Planalto apresentou uma média de 2,1 e a partir daí as metas foram sendo estabelecidas de 2007 até 2021.

A tabela a seguir mostra como Planalto evoluiu de 2007 até 2015:

ENSINO FUNDAMENTAL I - 1º ao 5º ANO		
ANO	META PROJETADA	IDEB OBSERVADO
2007	2.3	3.0
2009	2.9	3.4
2011	3.4	3.6
2013	3.7	3.6
2015	4.0	4.3
2017	4.3	****
2019	4.6	****
2021	4.9	****

FONTE: INEP, 2016.

Nas séries iniciais do ensino fundamental, as metas vêm sendo não apenas atingidas, mas superadas: em 2007 avanço de 0,7; 2009 avanço de 0,5; 2011 avanço de 0,2; 2015 avanço de 0,3. Somente em 2013 o município não atingiu a meta, regredindo nesse ano 0,1.

De acordo com a análise realizada pela Secretaria Municipal de Educação - SMED, comparando 2011 e 2015, merece destaque a escola Padre Francisco Licarião, que deixou de funcionar este ano, a unidade passou de 3,1 para 4,9 apresentado um avanço de 1,8. As demais escolas de séries iniciais também avançaram, somente a escola Vitório Ribeiro Padre não avançou, passando de 2,9 para 2,5 e regredindo 0,4. Nas séries finais do ensino fundamental, a

meta foi atingida em 2007 e tivemos avanço de 0,3 em 2009 e 0,1 em 2011. Infelizmente desde 2013 a meta não vem sendo atingida: regredimos 0,2 em 2013 e 0,2 em 2015.

ENSINO FUNDAMENTAL I - 1º ao 5º ANO		
ANO	META PROJETADA	IDEB OBSERVADO
2007	2.4	2.4
2009	2.5	2.8
2011	2.8	2.9
2013	3.3	3.1
2015	3.7	3.5
2017	3.9	****
2019	4.2	****
2021	4.5	****

FONTE: INEP, 2016.

O Ideb serve tanto como diagnóstico da qualidade do ensino brasileiro, como baliza para as políticas de distribuição de recursos (financeiros, tecnológicos e pedagógicos) do MEC. Se uma rede municipal, por exemplo, obtiver uma nota muito ruim, ela terá prioridade de recursos.

O objetivo do MEC é que o Brasil atinja nota 6 nas avaliações de 2021 -- as notas serão divulgadas em 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil. Então, até 2021 o município de Planalto tem muito trabalho pela frente se quiser alcançar a meta estabelecida, pois, nas séries iniciais precisa elevar a meta em 1,7 e até agora só conseguiu aumentar em média 0,4 a cada dois anos. Nas séries finais do fundamental a situação é pior terá que avançar 2,5 e só conseguiu avançar em média 0,1 de 2007 até 2011 e está regredindo em média 0,2 desde 2013 em relação ao alcance das metas estabelecidas.

Um problema grave constatado no município de Planalto através desta pesquisa é a distorção idade/série, que atualmente é uma das maiores da Bahia, acima da média do estado.

Observe o gráfico:

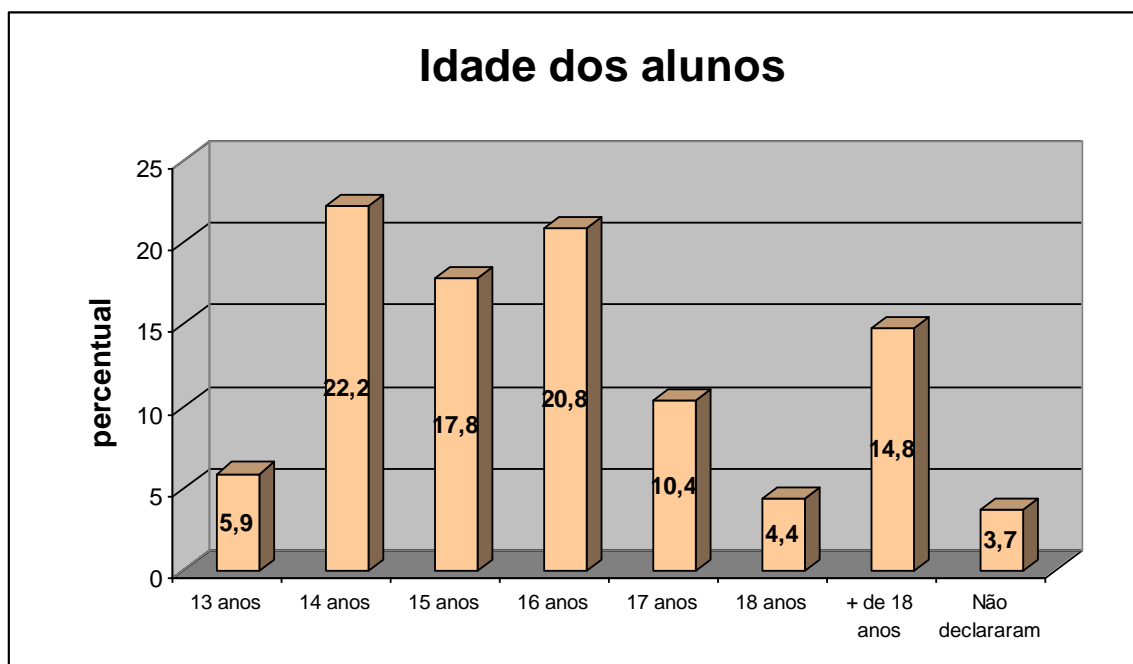


Figura 04

Fonte: Pesquisa de Campo, agosto de 2016.

A distorção idade/série se constitui em um fator prejudicial ao bom desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, pois geralmente as metodologias empregadas e os conteúdos programados são escolhidos levando em consideração a faixa etária correspondente a cada fase do processo escolar.

É, portanto, neste contexto educacional que está situado este trabalho que teve como base uma pesquisa de campo envolvendo cento e trinta e cinco alunos que concluíram o ensino fundamental em 2007 e sete professores que lecionaram geografia na 8ª série no referido ano.

4.1.3 Sobre o ensino de geografia no município de Planalto

A relação com o conhecimento escolar é sempre mediada pela relação professor / aluno. Os alunos se mostram muito sensíveis à qualidade da relação com os professores e isto interfere diretamente no processo ensino-aprendizagem. Frente a esta questão, as ações desenvolvidas pelo professor, seus métodos e atitudes, são alicerce fundamental para a qualidade do ensino.

Assim, o professor, mesmo frente a muitas limitações que interferem na eficácia de suas funções, pode desempenhar um papel muito importante. Ele, mais do que qualquer outro profissional, tem enormes possibilidades de ser um agente de transformação social. Nesse sentido, é fundamental que o professor adquira uma formação que lhe permita conceber a ciência como instrumento básico a ser assimilado e recriado na perspectiva política,

transformando o conhecimento científico em conteúdo pedagógico e, portanto, em recurso didático necessário à prática social desenvolvida no interior da escola.

Os professores de geografia do município de Planalto apresentaram, em sua maioria, uma concepção de geografia que demonstra uma melhor compreensão da ciência geográfica, apesar de ainda não conseguirem se desprender da Geografia Tradicional.

Segundo depoimentos dos professores sobre a sua concepção de geografia:

Para mim a geografia é a ciência que trata do espaço onde vivemos como um produto histórico da sociedade fazendo com que o homem conheça os aspectos físicos, naturais, sociais e econômicos do seu município, estado e país atuando crítica e reflexivamente no meio. (Professor 1)

É uma ciência comprometida em tornar o mundo compreensivo, explicável e passível de transformações, pautada em noções, conceitos, procedimentos e princípios através dos quais os fatos são estudados e contextualizados no tempo e no espaço, de forma a estimular o pensamento crítico e a capacidade de analisar a realidade do mundo na associação entre o meio ambiente, a sociedade e as estruturas políticas, físicas e econômicas. (Professor 2)

A Geografia é uma busca de conhecimento onde nos permite conhecer, analisar e compreender o mundo como um todo. (Professor 3)

A Geografia possibilita a compreensão do mundo para assim obter informações a seu respeito; conhecer o espaço produzido pelo ser humano e a relação da sociedade com a natureza. (Professor 4)

Além deste tipo de depoimento existem outros que mostram a compreensão do professor de como a disciplina deve ser trabalhada em sala de aula como elemento importante para o desenvolvimento da consciência crítica dos discentes:

As aulas de geografia devem ser de forma que os alunos possam desafiar, engajar-se e questionar o que lhes é proposto, visando a formação de cidadãos críticos e reflexivos de seu papel na sociedade da compreensão e análise da realidade do mundo. (Professor 1)

As aulas de geografia devem ser ministradas de forma que o aluno possa compreender o quanto a disciplina é importante para sua formação crítica e reflexiva. Objetivando formar um verdadeiro cidadão capaz de opinar em todas as circunstâncias da vida. (Professor 2)

De maneira que os alunos compreendam, relacionem, vivenciem e analisem os fatos, desenvolvendo argumentos e formando seus conceitos e uma visão crítica do mundo e dos elementos que o cercam. (Professor 3)

Na medida em que o ensino da Geografia esteja direcionado para além das categorias de espaço e território, à categoria de lugar. Visa assim a formação do educando e educador enquanto sujeito participante, capazes de assumir posturas reflexivas e de análise que constituem a razão de ser de sua cidadania atuante. (Professor 4)

Tais depoimentos demonstram a exaustiva tentativa dos professores em apontar o desenvolvimento da criticidade do aluno e a sua formação cidadã como o objetivo principal do ensino de geografia. No entanto a visão de geografia apresentada pelos alunos contraria as expectativas dos professores, contradizendo-os.

Segundo depoimento dos alunos:

Geografia é o estudo dos climas, das regiões, de mapas, etc.; (Aluno 1)

É o estudo de mapas; (Aluno 2)

É o estudo do mundo dos países e cidades; (Aluno 3)

Geografia é a ciência que estuda o espaço; (Aluno 4)

É a ciência, que estuda as localizações, os mapas, sobretudo o espaço em que vivemos; (Aluno 5)

Ciência que tem por objetivo a descrição da superfície terrestre. (Aluno 6)

Um outro aspecto a ser destacado e que confirma a forte influência da Geografia Tradicional que ainda impera na geografia escolar é a visão de geografia apresentada pelos alunos por meio de uma palavra.

As principais palavras citadas confirmam a concepção tradicionalista dos alunos. Dentre os 46% de outras palavras que foram citadas, há uma ocorrência muito grande de temas relacionados à natureza como formas de relevo, rio, vegetação, etc. os conteúdos de ordem cultural e/ou questões sociais raramente foram citados.

Além disso, há uma diversidade muito grande de palavras citadas. Isso pode indicar a ausência de unidade temática da Geografia, favorecendo uma grande diversidade de conteúdos que pouco contribuem para uma melhor compreensão do espaço e conseqüentemente não leva a uma intervenção consciente na construção do mesmo.

Como mostra o gráfico:

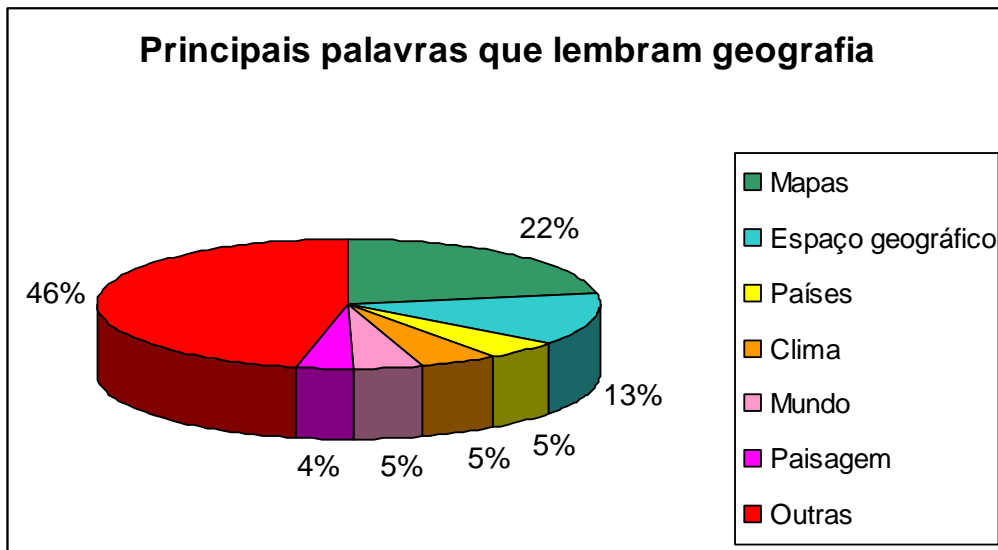


Figura 05

Fonte: Pesquisa de Campo, agosto de 2016.

Uma outra constatação sobre a prática pedagógica no ensino de geografia em Planalto é a utilização dos recursos didáticos. Observe o gráfico:

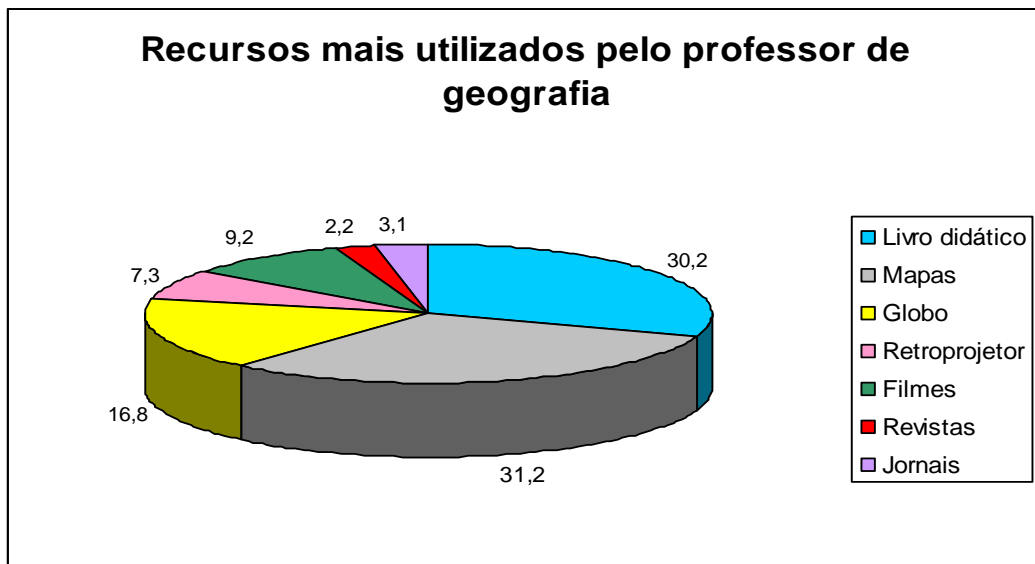


Figura 06

Fonte: Pesquisa de Campo, agosto de 2016.

A utilização de recursos didático-pedagógicos na aula de geografia é também um aspecto que deve ser analisado, pois, os recursos didáticos utilizados pelo professor contribuem

para uma prática docente mais dinâmica podendo resultar em um ensino crítico, reflexivo e de qualidade

Vários recursos foram citados, percebe-se a utilização de mídias digitais, confirmando uma tendência da atualidade. Mapas e globos apresentaram um alto grau de utilização, podendo ser uma situação satisfatória, já que estes são ferramentas básicas para o ensino de geografia, no entanto, a situação não é tranquilizadora, pois, é sabido que uma das maiores dificuldades dos alunos nas aulas de geografia é justamente a leitura e a interpretação de mapas.

Constata-se, também, que o livro didático ainda se constitui como um dos principais instrumentos utilizados pelos professores para ministrarem suas aulas. Considere o gráfico abaixo:

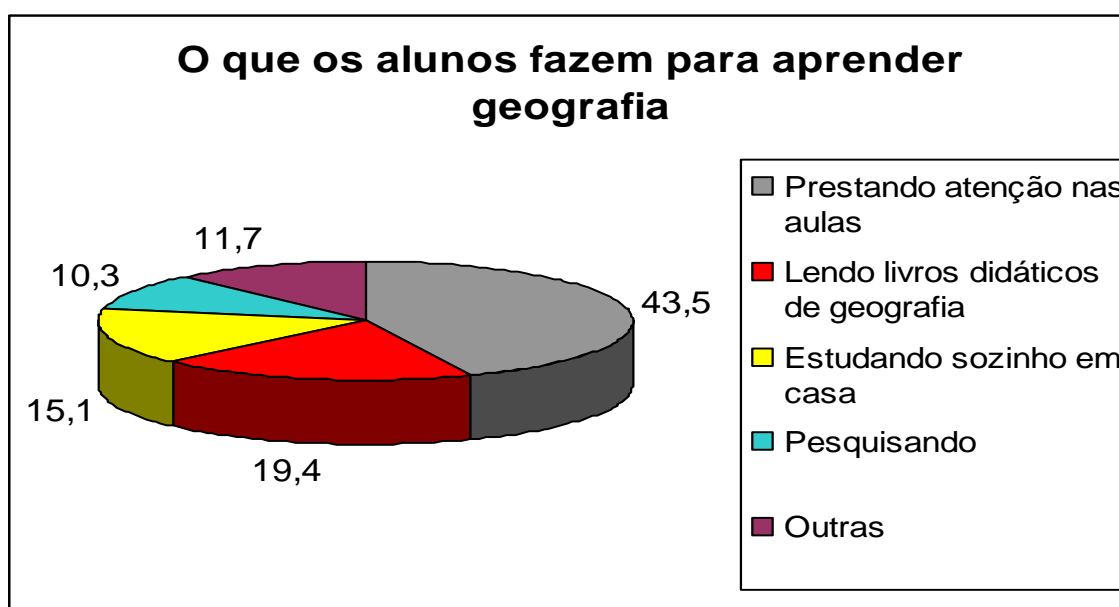


Figura 07

Fonte: Pesquisa de Campo, agosto de 2016.

Infelizmente, ainda hoje, independente da perspectiva geográfica, a maneira mais comum de se ensinar Geografia tem sido pelo discurso do professor ou pelo livro didático. No geral, esse discurso se baseia na descrição de algum fenômeno natural ou social, de forma descontextualizada do lugar ou do espaço no qual se encontra inserido. Após a exposição o professor avalia, pelos exercícios de memorização, se os alunos aprenderam ou não o conteúdo. Esta situação pode ser confirmada através da análise do gráfico a seguir:

Apesar de uma grande maioria, mais de 60% dos alunos entrevistados se limitarem a estudar geografia pelo discurso do professor e/ou pelo livro didático, existe uma afinidade do alunado com a disciplina, observe o gráfico:

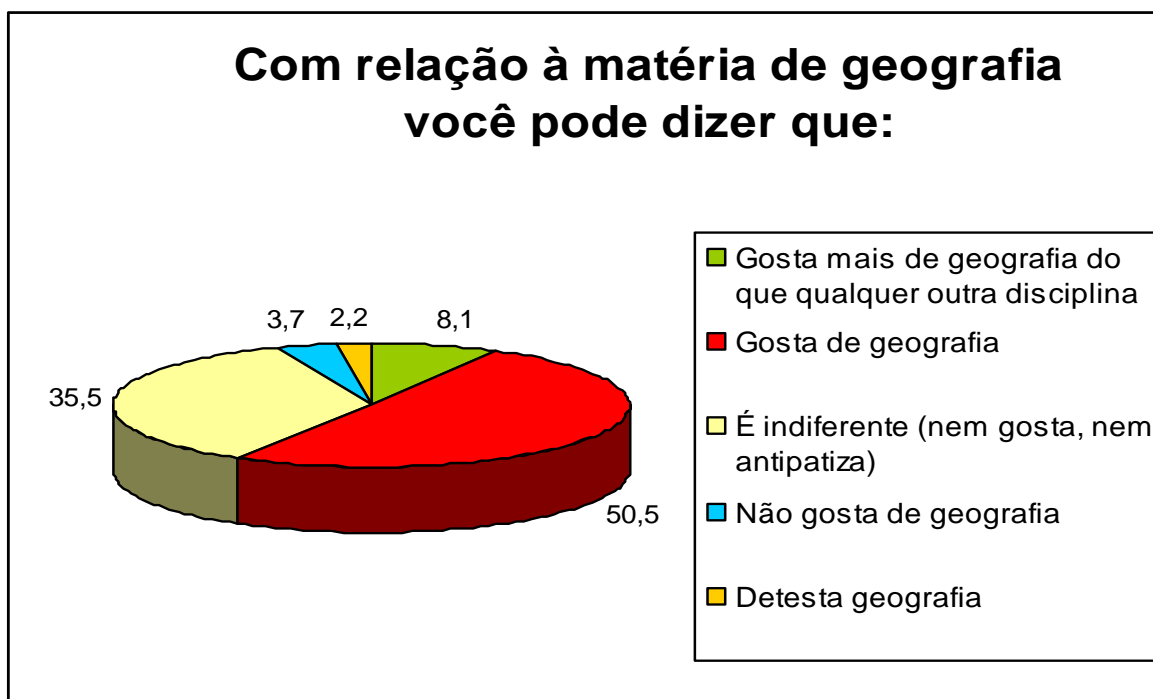


Figura 08

Fonte: Pesquisa de Campo, agosto de 2016.

Como pode ser visto, mais de 50% dos alunos gostam de geografia, ou seja, há simpatia pela disciplina, mesmo que esta venha sendo trabalhada de uma forma tão limitada e desestimulante. Esta predisposição pela geografia deve ser aproveitada para refazer as práticas docentes e conquistar o interesse do aluno pelos conhecimentos geográficos, estimulando-o a conhecer e participar da construção do espaço onde vive.

Aparentemente o fato de os alunos gostarem de geografia se deve à influência, em sua maioria, de professores camaradas e simpáticos, ou seja, os professores bonzinhos, aqueles que raramente reprovam ou “dificultam” a vida escolar dos alunos. Os que são considerados bons professores, representam uma parcela considerável do alunado, mas este dado pode não refletir a competência do professor, já que os depoimentos dos alunos revelam um forte tradicionalismo na geografia praticada neste município. Esta situação também pode ser confirmada na tabela:

Tabela 02 – Influências que os alunos sofreram em relação à matéria geografia

Influência do professor de geografia sobre os alunos	f	%
Bons professores (sabiam da matéria) de Geografia.	49	36,3
Professores camaradas (amigos, simpáticos) de Geografia.	60	44,5
Professores chatos (antipáticos) de Geografia	6	4,4
Outras influências	5	3,7
Não foi influenciado pelo professor	15	11,1
Total	135	100

Fonte: Pesquisa de Campo, agosto de 2016.

Durante o desenvolvimento dessas atividades pôde-se perceber que o ensino de geografia tem, muitas vezes, se limitado a um repasse de informações, com poucas discussões e quase nenhuma relação entre os elementos que compõem o espaço geográfico. As aulas trabalhadas não possibilitam aos alunos perceberem-se como atores na construção de paisagens e lugares e ainda que essas paisagens e lugares resultam de múltiplas interações entre o trabalho social e a natureza, e que estão plenos de significados simbólicos decorrentes da afetividade nascida com eles.



Figura 09

Fonte: Pesquisa de Campo, agosto de 2016.

O material didático utilizado, a formação continuada e a estrutura física e pedagógica das escolas são instrumentos imprescindíveis para a prática docente levando em conta a

criatividade, a autonomia e as experiências de quem se propõe à construção do conhecimento dotado de criticidade.



Figura 10

Fonte: Pesquisa de Campo, agosto de 2016.

É bom lembrar que, de forma geral, a geografia que se ensina nas escolas de 1º e 2º graus não satisfaz as necessidades reais, nem dos alunos e nem mesmo do professor. Portanto, faz-se necessário uma reflexão individual e coletiva sobre a necessidade da mudança no ensino de geografia. É preciso transformar a escola e tomar nas mãos a tarefa de construir o ensino de uma geografia viva, participante. E neste contexto o papel do professor é fundamental, pois é o professor quem planeja e desenvolve situações de ensino a partir do conhecimento que possui sobre o conteúdo, sobre os processos de aprendizagem, sobre a didática das disciplinas e sobre a potencialidade dos recursos didáticos utilizados para a aprendizagem.

4.1.4 A PRECÁRIA CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA ESCOLAR PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA: UMA TRISTE REALIDADE NO MUNICÍPIO DE PLANALTO

O estudo de geografia possibilita, aos alunos, a compreensão de sua posição no conjunto das relações da sociedade com a natureza; como e por que suas ações, individuais ou coletivas, em relação aos valores humanos ou à natureza, têm consequências – tanto para si como para a sociedade. Desde as primeiras etapas da escolaridade, o ensino de geografia pode e deve ter como objetivo mostrar ao aluno que cidadania é também o sentimento de pertencer a uma

realidade na qual as relações entre a sociedade e a natureza formam um todo integrado – constantemente em transformação – do qual ele faz parte e, portanto, precisa conhecer e sentir-se como membro participante, afetivamente ligado, responsável e comprometido historicamente.

Para que o indivíduo possa perceber-se enquanto agente de um espaço socialmente construído, é necessário que possua conhecimentos sobre determinados conceitos. São esses conceitos que, aliados a suas experiências acerca da realidade, lhe permitirão percebê-la de forma mais significativa, analisá-la e determinar, a partir daí, que tipo de transformações são necessárias. O gráfico abaixo apresenta a frequência com que se discute em sala de aula problemas referentes ao município.

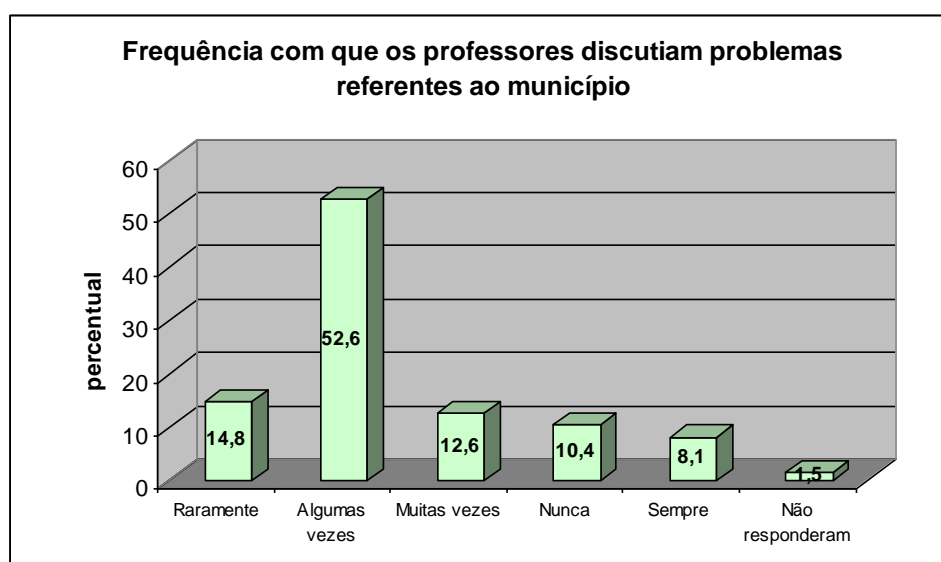


Figura 11

Fonte: Pesquisa de Campo, agosto de 2016.

Nesse contexto, é imprescindível que os alunos conheçam o espaço onde vivem refletindo sobre o mesmo a partir de análise da condição social na qual este espaço está inserido para que assim possam contribuir para a construção social, política e econômica do espaço local e amplia-las para outros espaços na escala regional, nacional e/ou mundial. Assim, a situação do ensino de geografia em Planalto está aquém do mínimo desejado para atingir esses objetivos.

As informações contidas no gráfico permitem uma reflexão acerca das práticas pedagógica do ensino de geografia que apregoa a construção da cidadania e o desenvolvimento do senso crítico do aluno. Como podem tais alunos formar uma consciência cidadã se na sua prática escolar não lhe oportunizam a construção e reconstrução de conhecimentos, habilidades e valores que ampliem sua capacidade de compreender o mundo em que vivem e atuam?

Discutir algumas vezes, quando não raramente ou nunca, os problemas locais dificilmente permitirão ao aluno posicionar-se em sua condição de cidadão, ao contrário, nem compreender a própria cidadania é possível. Assim a escola que tem como objetivo primordial a formação do cidadão, se coloca em xeque, com um grande risco de ver esvaziado o seu papel.

A tabela a seguir mostra a ineficiência das aulas de geografia na problematização e discussão das questões referentes ao cotidiano do aluno. Mais de 50% não se lembraram ou não souberam citar situações ocorridas no município que foram tratadas nas aulas de geografia, mesmo que alguns tenham citado os aspectos ambientais, este número é muito reduzido para ser considerado um indicador positivo da grave situação.

Tabela 03 – Abordagem das questões locais nas aulas de geografia

Questões locais abordadas na aula de geografia	f	%
Não se lembraram	33	23,5
Não sabiam	25	17,7
Aspectos ambientais	11	7,8
Clima	11	7,8
Localização	10	7,1
Origem do nome	8	5,6
Outros	43	30,5
Total de questões apresentadas	141	100

Fonte: Pesquisa de Campo, agosto de 2016.

Uma outra questão, não menos importante, é que os alunos não demonstram conhecer geograficamente o lugar em que vivem. A maioria não consegue estabelecer relação entre os fenômenos locais e globais.

Isso pode ser explicado pelas práticas pedagógicas apresentadas pelos professores de Planalto que, em sua indiscutível maioria, planeja e ministra suas aulas tendo por base quase que exclusivamente o livro didático, que geralmente são elaborados em contexto muito diferente do vivido pelo aluno.

Não que o livro não deva ser usado, ou que outros contextos políticos, sociais e econômicos além daquele vivido pelo aluno não devam ser trabalhados. Mas, a realidade local sempre deve estar relacionada às discussões realizadas na sala de aula, pois, compreender o espaço

geográfico é objetivo do ensino de geografia e, esta compreensão deve contribuir para que o aluno possa interferir conscientemente na construção deste espaço e isto consequente resultará no exercício da cidadania.

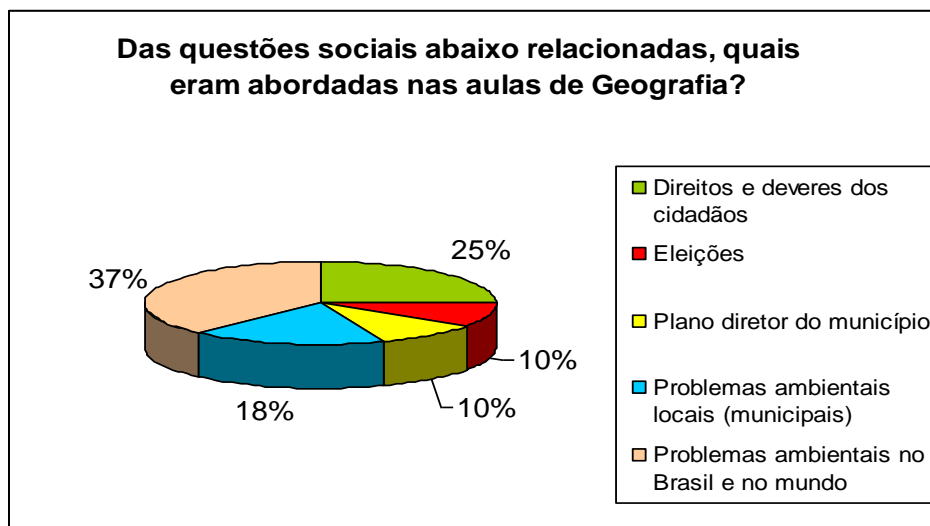


Figura 12

Fonte: Pesquisa de campo, agosto de 2016.

No gráfico anterior pode-se observar, também, quais os temas priorizados pelos professores em suas aulas. A baixa referência aos temas locais é preocupante, pois, mesmo nas séries finais do ensino fundamental, o espaço vivido pelos alunos deve continuar sendo focado nos estudos, permitindo uma compreensão da relação entre o local, o regional, e o global nesse espaço. Não é necessário trabalhar hierarquicamente do nível local ao mundial, de forma linear, pois, os lugares com os quais os alunos têm contato são muitos e variados. A escala local/global na abordagem deve estar sempre levando em consideração que existe uma reciprocidade na maneira como as duas interagem.

Assim, a partir da análise da tabela abaixo é possível constatar que os alunos não conseguem estabelecer relação entre o conhecimento construído na disciplina geografia e o seu cotidiano: somente 16% consideraram que a geografia serve para conhecer o lugar em que vivem. A maioria só consegue mesmo é relacionar a geografia com mapas e localização de lugares. A situação é angustiante, já que a maioria desses alunos não compreende as informações transmitidas nos mapas.

Tabela 04 – A utilidade da geografia

Utilidade da geografia para os alunos	<i>f</i>	%
Saber sobre o lugar que vivemos	22	16,8
Conhecer os mapas	19	14,4
Localizar os lugares	15	11,3
Conhecer o mundo	13	9,8
Adquirir conhecimento	11	8,3
Não sabiam	8	6,1
Outras	44	33,3
Total de utilidades citadas	132	100

Fonte: Pesquisa de Campo, agosto de 2016.

Nesse sentido, a geografia escolar no município de Planalto está contribuindo muito pouco para o exercício da cidadania. É imprescindível repensar as atuais práticas pedagógicas que norteiam o ensino geográfico na educação básica. É preciso que a vivência do aluno seja valorizada e que ele possa perceber que a geografia faz parte de seu cotidiano; assumir a responsabilidade de trabalhar os meios pelos quais os alunos do ensino fundamental recebam além da informação, a formação, torna-se indispensável. Pois o estudo da geografia deve proporcionar aos alunos a possibilidade de compreenderem sua própria posição no conjunto de interações que determinam a construção do espaço geográfico, ou seja, do mundo em que vivemos. Assim, o aluno poderá contribuir para melhorar as condições socioeconômicas do espaço em que vive, exercendo, portanto, cidadania.

Dentro desta perspectiva, o estudo de geografia permitirá que os alunos desenvolvam as habilidades fundamentais para a vida em sociedade, permitindo o pleno desenvolvimento do papel de cada um na construção de uma identidade não só com o lugar onde vive, mas, em sentido mais abrangente, com a nação e com o mundo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões desenvolvidas neste trabalho, fica evidente a precária contribuição do ensino de geografia para o exercício da cidadania. Foi constatado que professores e alunos apresentam uma enorme dificuldade em perceber a geografia como uma disciplina que possibilita ao indivíduo a compreensão de sua posição no conjunto das relações da sociedade, bem como estas relações são estabelecidas na construção do espaço geográfico.

A prática docente desenvolvida pelos professores é deficiente, necessitando de uma profunda reflexão que redimensione o ensino de geografia. Isto exige um posicionamento crítico dos professores que, pelo conteúdo de que são detentores, possam produzir juntamente com os alunos novas interpretações que levem a uma compreensão do mundo situando-se no conjunto das transformações locais e globais.

A responsabilidade social e o exercício pleno da cidadania requerem um compromisso por parte dos agentes sociais. Nesse sentido, é necessário que as instituições educacionais - secretaria de educação e escolas - criem meios para solucionar as dificuldades apresentadas, buscando definir os seus objetivos educacionais. Adotar uma postura pedagógica que indique os caminhos a serem seguidos por todos os envolvidos no processo educacional, para a formação da tão sonhada e proclamada consciência cidadã, torna-se, então, algo imprescindível. E a geografia não pode e não deve se isentar desta condição. Muito além disso, a geografia escolar pode oferecer ao aluno inúmeras oportunidades para o desenvolvimento de atitudes que o possibilite o exercício da cidadania.

A geografia abrange um corpo de conhecimentos considerados como questões emergenciais para a conquista da cidadania. No entanto, uma questão que não fica resolvida é a própria concepção do que é a cidadania e de qual é o papel do cidadão na sociedade brasileira. Sendo assim, enquanto não se construir concretamente a cidadania no Brasil, não será possível uma educação efetiva para a formação do cidadão. É importante considerar também, que a formação deste cidadão não é exclusividade da geografia, sendo, portanto, responsabilidade de todas as disciplinas e agentes educacionais.

Assim, ao pretender analisar o papel do ensino de geografia na construção da cidadania nas séries finais do ensino fundamental no município de Planalto, percebe-se que esta é uma situação complexa e que demanda uma profunda reflexão acerca do objetivo da geografia escolar. Sabendo que o ensino de geografia muito pode contribuir para a formação do cidadão,

é preocupante constatar que a maioria das práticas até então desenvolvidas, pouco têm se constituído como elemento norteador para esta formação.

Cabe ainda ressaltar que estudos anteriores estendem esta problemática a uma escala que vai muito além da enfocada neste trabalho. É momento, portanto, de realizar uma profunda discussão sobre o ensino de geografia, buscando o reordenamento desta disciplina em todos os níveis de ensino, estendendo-o a todas as áreas do conhecimento. Assim, quem sabe, finalmente a escola conseguirá cumprir a sua função fundamental que é formar para a cidadania.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia: ciência do espaço: uma introdução a análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.

CALLAI, Helena Copetti. **O estudo do município ou a Geografia nas séries iniciais**. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. et. al. (Org.). **Geografia em sala de aula, práticas e reflexões**. Porto alegre; Associação do Geógrafos Brasileiros, seção Porto Alegre, 1998.

_____. **A Geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino?** São Paulo: Terra Livre, 2001.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Editora Alternativa, 2002.

FERRAZ, Ana Emília Quadros. **Planalto: pensar a cidade, desafios e possibilidades**. Vitória da Conquista: Conhecer, 2015.

INEP. **IDEB - Resultados e metas**, Planalto-BA. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>> Acesso em: 15 set. 2016.

MINAYO, M^a Cecília de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec – Abrasco, 1992.

MISUKAMI, M^a da Graça Nicoletti. **Ensino: abordagens do processo**. Temas básicos de educação e ensino. São Paulo: EPU, 1986.

MORAES, Antônio Carlos Roberto. **Geografia pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **O que é geografia?** São Paulo: brasiliense (Coleção primeiros passos), 9^a ed., 1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (Org.). **Para onde vai o ensino da Geografia?** São Paulo: Contexto, 1998.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky - aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 2000.

PNUD. **Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. Planalto, BA**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_planalto_ba>. acesso em 16 de set. 2015.

PEREIRA, Thássio Alves. **A música como recurso didático no Ensino de Geografia**. Vitória da Conquista: UESB, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SEI - Superintendência de estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Informações municipais. Disponível em: <http://sim.sei.ba.gov.br/sim/informacoes_municipais.wsp> Acesso em: 09 de set. de 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Geografia: geografia e ideologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

ANEXO 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Esclarecimentos

Este é um convite para o(a) aluno(a) participar da pesquisa: "**A produção do conhecimento geográfico nos anos finais do ensino fundamental no município de planalto: desafios e possibilidades de uma importante ferramenta para o exercício da cidadania**", que tem como pesquisador responsável: _____.

A Pesquisa atenderá as exigências éticas e científicas, e os participantes da mesma terão seu anonimato preservado. Os protocolos éticos desta pesquisa estão amparados na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que "fundamenta-se nos princípios internacionais que emanaram declarações e diretrizes sobre pesquisa que envolve seres humanos" (CNS, 1996).

Caso o(a) aluno(a) possa participar, o(a) Sr.(a) responsável deverá consentir e fornecer dados ao pesquisador.

Os dados da entrevista serão confidenciais e serão divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, não havendo divulgação de nenhum dado que possa identificar o(a) participante.

Esses dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em arquivo, local seguro, Departamento de Pesquisa por um período de 5 anos.

Durante a realização dos procedimentos acima descritos, a previsão de riscos é mínima.

Durante todo o período da pesquisa o(a) Sr. (a) poderá tirar suas dúvidas ligando para Arleide da Conceição Amaral Rocha, Telefone: (77) 999233139, ou entrando em contato pelo meu e-mail pessoal: arleideamaral@gmail.com

O/A Sr.(a) tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

Se o/a Sr.(a) tiver algum gasto pela sua participação nessa pesquisa, ele será assumido pelo pesquisador e reembolsado.

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará contigo e a outra com o pesquisador responsável: Arleide da Conceição Amaral Rocha.

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa "**A produção do conhecimento geográfico nos anos finais do ensino fundamental no município de planalto: desafios e possibilidades de uma importante ferramenta para o exercício da cidadania**", e autorizo a divulgação das informações fornecidas em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dado possa identificar o participante.

Planalto-BA, _____/08/2016.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

QUESTIONÁRIO DO ALUNO

Identificação:

1.1 Escola onde cursou o Ensino Fundamental II (6º ao 9ºano):

1.2 Turno que estuda: () Matutino () Vespertino () Noturno

1.3 Sexo: () Masculino () Feminino **1.4-Idade:** _____

1. Com relação a matéria de Geografia você pode dizer que:

- () Gosta mais de geografia do que de qualquer outra matéria.
- () Gosta de Geografia.
- () É indiferente (nem gosta, nem antipatiza).
- () Não gosta de Geografia.
- () Detesta Geografia.

2. Com relação a resposta anterior você pode dizer que foi influenciado principalmente por:

- () Bons professores (sabiam da matéria) de Geografia.
- () Professores camaradas (amigos, simpáticos) de Geografia.
- () Maus professores (não sabiam da matéria) de Geografia.
- () Professores chatos (antipáticos) de Geografia.
- () Não foi influenciado pelos professores de Geografia.
- () Outras influências. Cite: _____

3. Ao lembrar a palavra geografia quais são as principais palavras que lhe veem à cabeça?

4. Qual é a utilidade de Geografia para você?

5. Como você fazia/faz para aprender/estudar Geografia?

6. Onde mais – além da sala de aula com o professor – é possível aprender Geografia?

7. O professor de geografia abordava em suas aulas assuntos referentes ao município (Planalto)? Quais?

8. Com que frequência o seu professor de Geografia discutia assuntos referentes aos problemas do município em suas aulas?

() raramente () algumas vezes () muitas vezes () nunca () sempre

9. Você realizou algum trabalho sobre o seu município nas aulas de Geografia? Em caso positivo, comente como foi o desenvolvimento do mesmo.

10. Você acha que as aulas de Geografia lhe ajudaram a conhecer melhor o mundo em que você vive? Por quê?

11. Na sua opinião os conteúdos estudados nas aulas de geografia tratam de questões referentes principalmente a (o):

- () Planalto
- () Bahia
- () Nordeste
- () Brasil
- () Região Sudoeste da Bahia
- () São Paulo e Rio de Janeiro
- () Outras regiões do Brasil
- () Outras cidades do Brasil
- () Outros países do mundo
- () Outras cidades do mundo

12. Das questões sociais abaixo relacionadas, quais eram abordadas nas aulas de Geografia?

- () Direitos e deveres dos cidadãos
- () Eleições
- () Plano diretor do município
- () problemas ambientais locais (municipais)
- () Problemas ambientais no Brasil e no mundo

13. Para você o que é cidadania?

14. Para você existe alguma relação entre a Geografia e a cidadania? Por quê?

15. O que é Geografia para você?

16. Nas aulas de geografia, quais são os recursos mais utilizados pelo seu professor?

() livro () mapas () globo () retroprojeter () filme

() jornais () revistas

Outros: _____



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

ANEXO 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa: "**A produção do conhecimento geográfico nos anos finais do ensino fundamental no município de planalto: desafios e possibilidades de uma importante ferramenta para o exercício da cidadania**", que tem como pesquisador responsável: _____.

A Pesquisa atenderá as exigências éticas e científicas, e os participantes da mesma terão seu anonimato preservado. Os protocolos éticos desta pesquisa estão amparados na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que "fundamenta-se nos princípios internacionais que emanaram declarações e diretrizes sobre pesquisa que envolve seres humanos" (CNS, 1996).

Caso você decida participar, você deverá consentir e fornecer dados ao pesquisador.

Os dados da entrevista serão confidenciais e serão divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, não havendo divulgação de nenhum dado que possa lhe identificar.

Esses dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em arquivo, local seguro, Departamento de Pesquisa por um período de 5 anos.

Durante a realização dos procedimentos acima descritos, a previsão de riscos é mínima.

Durante todo o período da pesquisa o(a) Sr. (a) poderá tirar suas dúvidas ligando para Arleide da Conceição Amaral Rocha, Telefone: (77) 999233139, ou entrando em contato pelo meu e-mail pessoal: arleideamaral@gmail.com

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

Se você tiver algum gasto pela sua participação nessa pesquisa, ele será assumido pelo pesquisador e reembolsado para você.

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com o pesquisador responsável: Arleide da Conceição Amaral Rocha.

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa "**A produção do conhecimento geográfico nos anos finais do ensino fundamental no município de planalto: desafios e possibilidades de uma importante ferramenta para o exercício da cidadania**", e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dado possa me identificar.

Planalto-BA, _____/08/2016.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

QUESTIONÁRIO DO PROFESSOR

1. Identificação

1.1 Escola de atuação: _____

1.2 Formação: _____

1.3 Tempo de atuação na educação: _____

1.4 Tempo lecionando Geografia: _____

1.5 Ano (s) que leciona: () 6° () 7° () 8° () 9°

1.6 Turno (s) de trabalho: () Matutino () Vespertino () Noturno

2. Qual a sua concepção de Geografia?

3. Quais as maiores dificuldades encontradas no ensino de geografia?

4. Como a disciplina deve ser trabalhada em sala de aula como elemento importante para o desenvolvimento da consciência crítica dos discentes?

5. Você aborda em suas aulas assuntos referentes ao município (Planalto)? Quais?

6. Com que frequência você discute com os alunos assuntos referentes aos problemas do município em suas aulas?

() raramente () algumas vezes () muitas vezes () nunca () sempre

7. Você realizou nas aulas de Geografia algum trabalho social direcionado à solução de problemas locais? Em caso positivo, comente como foi o desenvolvimento do mesmo.

8. Você acha que as suas aulas de Geografia ajudam o aluno a conhecer melhor o mundo em que ele vive? Por quê?

9. Para você qual é a contribuição da Geografia para o desenvolvimento da cidadania dos alunos do Ensino Fundamental II?

10. Você se considera um cidadão consciente e atuante? Por quê?

11. Assinale os meios que você utiliza com frequência para se manter informado:

televisão jornais revistas conversas com colegas de trabalho

internet conversas com amigos rádio

outros: _____

12. Assinale os meios que você utiliza com frequência para adquirir informações para suas aulas:

internet jornais revistas livros didáticos outros livros

outros: _____

13. Como você entende e trabalha a cidadania em suas aulas de Geografia?

14. Os recursos didáticos disponíveis em sua escola são, em termos de qualidade e quantidade, suficientes para um bom desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem?

15. Quais os recursos didáticos mais utilizados por você para ensinar geografia?
